

Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	24
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	27
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	28
2.5 Medições não contábeis	32
2.6 Eventos subsequentes as DFs	37
2.7 Destinação de resultados	38
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	40
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	41
2.10 Planos de negócios	43
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	45
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	47
5.2 Descrição dos controles internos	55
5.3 Programa de integridade	58
5.4 Alterações significativas	63
5.5 Outras informações relevantes	64

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os termos “nós”, “nosso”, “Companhia” ou “Vibra”, quando utilizados nesta seção, referem-se ou significam, conforme o caso, à Vibra Energia S.A. e suas controladas, exceto se expressamente indicado de forma diferente.

A discussão a seguir contém declarações sobre estimativas futuras que refletem as expectativas atuais da Companhia que envolvem riscos e incertezas. Os resultados futuros e o calendário dos eventos podem diferir materialmente daqueles contidos nestas declarações sobre estimativas futuras devido a uma série de fatores, incluindo, sem limitações, os estabelecidos na seção “4. Fatores de Risco” do Formulário de Referência e outros assuntos estabelecidos no Formulário de Referência.

As informações financeiras contidas nos itens 2.1 a 2.9 devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras da Companhia consolidadas e auditadas para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e suas respectivas notas explicativas. Nossas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“**IFRS**”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“**IASB**”), e as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as práticas contábeis previstas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“**CPC**”) e aprovados pela CVM.

Dessa forma, as informações, as avaliações, as opiniões e os comentários dos diretores da Companhia, ora apresentados, traduzem a visão e percepção de tais diretores sobre as atividades, negócios e desempenho da Companhia, bem como visam a fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar (i) as demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022; (ii) as mudanças nas principais linhas dessas demonstrações financeiras de exercício para exercício; e (iii) os principais fatores que explicam tais alterações.

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara medidas derivadas ou rubricas das demonstrações financeiras da Companhia com o fim de determinar a respectiva evolução ao longo de um período de tempo. A Análise Vertical corresponde à representatividade, em termos percentuais, de rubricas das demonstrações de resultado em relação às receitas de vendas da Companhia em um determinado período, ou de saldos de contas de balanços patrimoniais da Companhia em relação ao ativo total em determinada data.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(a) condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria da Companhia revisa regularmente as métricas de liquidez e financeira descritas abaixo para avaliar os seus negócios.

(Em milhões de R\$, exceto os índices)	Em ou no exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Patrimônio Líquido	15.731	12.613
Caixa e equivalentes de caixa	6.666	4.145
Dívida Bruta.....	16.162	17.874
Dívida Financeira Líquida	9.496	13.729
Lucro (Prejuízo) Líquido do exercício.....	4.766	1.537
EBITDA LTM Ajustado	8.850	5.111
Dívida financeira líquida/EBITDA LTM Ajustado	1,07	2,69
Índice de Liquidez Corrente ⁽¹⁾	2,36	2,31
Índice de Endividamento Total ⁽²⁾	1,76	2,26

⁽¹⁾ Índice de Liquidez Corrente: índice que relaciona a liquidez de curto prazo da Companhia, calculado por meio da divisão do ativo circulante pelo passivo circulante.

⁽²⁾ Índice de Endividamento Total: índice representado pela soma do passivo circulante e do passivo não circulante dividido pelo patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2023 o ativo circulante da Companhia foi de R\$23.599 milhões, superior em R\$13.603 milhões em relação ao passivo circulante, que foi de R\$9.996 milhões na mesma data, representando um índice de liquidez corrente de 2,46. Em 31 de dezembro de 2022, o ativo circulante da Companhia foi de R\$22.244 milhões, superior em R\$12.620 milhões ao passivo circulante, que foi de R\$9.624 milhões, representando um índice de liquidez corrente de 2,31. Os diretores entendem que esse aumento no índice de liquidez corrente, ocorreu, principalmente, em função do aumento do saldo de impostos e contribuições a recuperar no circulante no montante de R\$935 milhões.

Em 31 de dezembro de 2023, o índice de endividamento total foi de 1,76, uma redução de 0,50 se comparado ao índice de endividamento total verificado em 31 de dezembro de 2022, que foi de 2,26. Os diretores entendem que essa redução é referente, principalmente, à redução de empréstimos e financiamentos no montante de R\$1.787 milhões e de fornecedores no montante de R\$638 milhões; à provisão para créditos de descarbonização no montante de R\$548 milhões; e ao aumento do patrimônio líquido no montante de R\$3.118 milhões, parcialmente compensados pelos aumentos do imposto de renda e contribuição social no montante de R\$979 milhões; dividendos e juros sobre capital próprio no montante de R\$723 milhões; e planos de pensão e saúde no montante de R\$425 milhões.

Com base nas informações acima destacadas, bem como considerando a geração de caixa e o índice de endividamento da Companhia mencionados acima, a Diretoria da Companhia entende que possui as condições de geração de caixa, patrimoniais e financeiras suficientes para (i) implementar os seus planos de negócios e investimentos; e (ii) cumprir com suas obrigações financeiras de curto e longo prazo.

Mais informações sobre o resultado operacional da Companhia estão apresentadas no item 2.5 abaixo.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(b) estrutura de capital

Os diretores da Companhia entendem que a Companhia possui estrutura de capital adequado ao cumprimento de suas obrigações de curto e longo prazo e à condução de suas operações, considerando sua estratégia de negócios e de crescimento.

Consolidado (Em milhões de reais, exceto os índices)	Em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Patrimônio Líquido (Capital Próprio)	15.731	12.613
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante (Capital de Terceiros)	27.750	28.497
Passivo Total (Capital de Terceiros + Patrimônio Líquido)	43.481	41.110
Capital de Terceiros / Passivo Total	63,8%	69,3%
Patrimônio Líquido / Passivo Total	36,2%	30,7%

Capital Próprio (Patrimônio Líquido)

Em 31 de dezembro de 2023, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$15.731 milhões, sendo que em 31 de dezembro de 2022 o patrimônio líquido da Companhia era de R\$12.613 milhões. Os diretores entendem que esta variação positiva de R\$3.118 milhões ou 24,7% decorreu, principalmente, em função do lucro líquido do exercício, que totalizou R\$4.766 milhões, parcialmente compensado pela destinação de juros sobre capital próprio, no valor de R\$928 milhões, dividendos complementares ao mínimo obrigatório no valor de R\$272 milhões e pelas perdas atuariais no processo de remensuração do passivo de plano de pensão e saúde, no valor de R\$456 milhões.

Capital de Terceiros

Em 31 de dezembro de 2023, o capital de terceiros era de R\$27.750 milhões, representando uma redução de R\$747 milhões se comparado ao capital de terceiros verificado em 31 de dezembro de 2022, que era de R\$28.497 milhões. Os diretores entendem que essa redução de R\$747 milhões ou 3,9% é decorrente, principalmente, da redução de empréstimos e financiamentos no montante de R\$1.787 milhões; fornecedores no montante de R\$638 milhões; provisão para créditos de descarbonização no montante de R\$548 milhões, parcialmente compensados pelos aumentos do imposto de renda e contribuição social no montante de R\$979 milhões; dividendos e juros sobre capital próprio no montante de R\$723 milhões e planos de pensão e saúde no montante de R\$425 milhões.

(c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Tendo em vista o nível de geração de caixa operacional da Companhia e sua capacidade de acessar recursos provenientes de empréstimos e financiamentos no mercado financeiro e mercado de capitais, a Diretoria acredita ter plenas condições de honrar os compromissos financeiros assumidos.

A Companhia possui registrado no seu balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 (i) R\$1.349 milhões na conta de empréstimos e financiamentos circulante; R\$121 milhões na conta de arrendamentos circulante; e (ii) R\$13.421 milhões na conta de empréstimos e financiamentos não circulante; R\$644 milhões na conta de instrumentos financeiros derivativos não circulante; e R\$627 milhões na conta de arrendamentos não circulante, bem como sua posição de caixa e equivalentes de caixa de R\$6.666 milhões na mesma data, de modo que a Diretoria acredita que a Companhia apresenta plena capacidade de pagamento de todas as suas obrigações financeiras.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Adicionalmente, entende-se que a Companhia apresenta fluxo de caixa e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas e outras dívidas a serem pagas nos próximos anos.

A Companhia conta com diversas opções para manter sua capacidade de honrar com suas obrigações, tais como: (i) geração operacional de caixa; e (ii) acesso ao mercado financeiro e mercado de capitais.

Em julho de 2023 e outubro de 2023, a agência de classificação de risco Moody's ratificou os ratings Ba1 e AAA.br, respectivamente, para a Companhia (VBBR3), indicando perspectiva estável conforme definido na primeira avaliação realizada pela referida agência em maio de 2021 e outubro de 2022. A avaliação mantém a Companhia um *note* acima do rating dos títulos do governo brasileiro, que é Ba2 reforçando a boa qualidade creditícia da Companhia.

A Diretoria entende que a qualidade de seu portfólio de ativos, resultados e situação patrimonial registrados nos últimos exercícios proporciona plena capacidade de acessar o mercado de crédito assegurando a liquidez necessária para cumprir suas obrigações de curto e médio prazos, relacionadas e adequada à condução de suas operações e atividades de investimento necessárias para o cumprimento de seu plano estratégico.

(d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

A Companhia realiza investimentos em capital de giro e ativos não circulantes, utilizando a própria geração de caixa operacional e financiamentos de terceiros, conforme descritos no item 2.1(f). Os diretores da Companhia acreditam que o fluxo de caixa operacional é suficiente para que a Companhia satisfaça às suas necessidades de liquidez futura, sendo possível ainda a captação de recursos adicionais, caso haja necessidade.

A Companhia capta recursos por meio de operações no mercado financeiro e mercado de capitais, quando necessário, os quais são empregados no financiamento de suas necessidades de capital de giro e investimentos de curto e longo prazo. Os empréstimos da Companhia em aberto em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão detalhados no item 2.1(f) abaixo.

Os diretores da Companhia esclarecem, por fim, que estas iniciativas são recorrentes e seguem o curso normal dos negócios da Companhia dentro de uma gestão prudente do seu passivo financeiro. O prazo médio da Dívida Bruta da Companhia em 31 de dezembro de 2023 era de 3,8 anos e em 31 de dezembro de 2022 era de 4,2 anos.

(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia pretende financiar o capital de giro e os investimentos em ativos não circulantes através dos saldos de caixa e equivalentes de caixa de sua geração futura de caixa operacional, e de operações de captação de recursos no mercado financeiro e no mercado de capitais, caso seja necessário. As operações de captação são precedidas de avaliações de necessidade de caixa, custo e níveis de alavancagem da Companhia. Para tanto, as modalidades de captação de recursos escolhidas devem estar de acordo com as melhores opções disponíveis no mercado, considerando-se as expectativas de custo, prazo, garantias e demais condições de captação de cada modalidade e sua adequação aos objetivos estratégicos da Companhia.

São consideradas as premissas estabelecidas quando da confecção do *Business Plan* ("BP") para as necessidades de captação de recursos da Companhia e a manutenção da sua capacidade de financiar suas atividades, seja por empréstimos, ou por outros meios. Dentre estes devem ser

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

consideradas as premissas estabelecidas quando da confecção do BP, para as necessidades de captação de recursos da Companhia.

Na contratação de operações de captações têm preferência aquelas que apresentarem o menor custo, levando-se em consideração, inclusive, os riscos embutidos, as expectativas de variação cambial e de taxas de juros, observada a capacidade de performance, o histórico de relacionamento e reciprocidade da instituição com a Companhia.

(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Em 31 de dezembro de 2023, a Dívida Bruta da Companhia era de R\$16.162 milhões, em comparação com R\$17.874 milhões de Dívida Bruta registrados em 31 de dezembro de 2022. Essa variação negativa de R\$1.712 milhões ou 9,6%, se deve, principalmente, a estratégia de *liability management* realizada no 3º trimestre de 2023 que convergiu para o pré-pagamento de R\$927 milhões e a rolagem de R\$2,1 bilhões de vencimentos originalmente alocados em 2026 e 2027 que foram alongados para 2028 e 2029. A Dívida Financeira Líquida foi de R\$9.496 milhões em 31 de dezembro de 2023, representando uma diminuição de R\$4.233 milhões ou 30,8% em comparação aos R\$13.729 milhões de Dívida Financeira Líquida registrados em 31 de dezembro de 2022. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia contava com 91% da sua Dívida Bruta contabilizada no longo prazo e 9% no curto prazo.

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A tabela abaixo apresenta as principais características dos contratos de empréstimo e financiamento relevantes em vigor em 31 de dezembro de 2023 e 2022, sendo que para fins deste item, a Companhia considerou como relevantes as operações financeiras com valor principal contratado igual ou superior a R\$200 milhões:

(Valores em R\$ milhões)							
Contrato	Devedor	Credor	Taxa de Juros	Valor do principal	Saldo em 31 de dezembro de		Vencimento
					2023	2022	
1ª emissão de debêntures	Vibra Energia	Itaú	CDI + 0,89%	750	462	771	15/04/2025
Contrato de Locação Basul e 1º Aditivo Locação Lubrax (Expansão Lubrax) - (lastro para CRI 73ª Série)	Vibra Energia	RB Capital	IPCA + 6,84%	350	-	105	17/02/2023
Contrato de Locação – Bapon – (lastro para CRI 99ª Série)	Vibra Energia	RB Capital	IPCA + 4,09%	235	98	137	19/02/2025
Contrato de Locação – Bapon e Basul – (lastro para CRI 100ª Série)	Vibra Energia	RB Capital	IPCA + 4,98%	277	335	346	18/02/2032
Escritura de Emissão de Debêntures (lastro para CRA 10ª Série)	Vibra Energia	Cibrasec	100% CDI	204	215	215	12/07/2024
Escritura de Emissão de Debêntures (lastro para CRA 11ª Série)	Vibra Energia	Cibrasec	IPCA + 5,5914%	278	379	362	14/07/2025
Notas de Crédito à Exportação	Vibra Energia	Citibank	1,2160 %	1.039	582	1045	18/02/2025
Notas de Crédito à Exportação	Vibra Energia	MUFG	2,18%	348	141	252	05/03/2025
Loan 4131	Vibra Energia	JP Morgan	0,92%	324,8	-	326	06/03/2023
Loan 4131	Vibra Energia	Scotiabank	2,1866%	1.156	1.083	1.167	31/03/2025
Loan 4131 (CCB)	Vibra Energia	Santander	CDI + 1,67%	1.060	-	1.120	12/02/2026
Loan 4131	Vibra Energia	Scotiabank	1,5258%	537	487	525	26/02/2026
Loan 4131	Vibra Energia	BNP Paribas	2,023%	803	732	789	06/02/2026
Loan 4131	Vibra Energia	Bank of America	2,277%	399	-	384	12/03/2026
CDCA – Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio	Vibra Energia	Banco do Brasil	CDI + 1,55%	1.200	1.253	1.258	20/08/2029

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Escritura de Emissão de Debêntures (lastro para CRA 43ª Série)	Vibra Energia	Virgo	IPCA + 5,3995%	800	912	868	15/09/2031
Loan 4131	Vibra Energia	ScotiaBank	2,3864%	500	435	470	29/10/2027
4ª Emissão de Debêntures – 1ª Série	Vibra Energia	Debenturistas	CDI + 1,45%	710	719	721	16/11/2028
4ª Emissão de Debêntures – 2ª Série	Vibra Energia	Debenturistas	CDI + 1,75%	790	800	803	16/11/2031
Loan 4131	Vibra Energia	Bank of America	2,85%	404	364	392	18/02/2027
Loan 4131	Vibra Energia	Scotiabank	2,65%	326	295	318	15/02/2028
Notas de Crédito à Exportação	Vibra Energia	Banco do Brasil	CDI + 1,65%	482	493	500	16/03/2027
Notas de Crédito à Exportação	Vibra Energia	Banco do Brasil	117,75% CDI	424	-	443	23/07/2028
Term Loan	Vibra Trading	BNP Paribas	SOFR 3m + 1,76% a.a.	242	246	264	07/07/2025
Notas de Crédito à Exportação	Vibra Energia	Banco do Brasil	CDI + 1,65%	550	562	566	04/04/2027
Notas de Crédito à Exportação	Vibra Energia	Bank of China	4,10%	426	440	474	02/04/2027
Notas de Crédito à Exportação	Vibra Energia	Citibank	2,94%	387	367	396	12/02/2027
5ª emissão de debêntures – 2ª Série	Vibra Energia	Debenturistas	CDI + 1,50%	1.500	1.540	1.540	03/10/2029
Loan 4131	Vibra Energia	JP Morgan	5,92%	260	246	-	10/03/2025
Loan 4131	Vibra Energia	ScotiaBank	4,9704%	528	490	-	24/03/2028
Finex	Vibra Energia	Santander	CDI + 1,65%	1060	1.094	-	28/09/2028

Apresentamos a seguir descrição dos contratos financeiros relevantes celebrados pela Companhia, vigentes em 31 de dezembro de 2023:

1ª Emissão de Debêntures – Banco Itaú BBA

Em 10 de agosto de 2015, a Companhia realizou a sua primeira emissão de debêntures em série única no valor de R\$3,5 bilhões, pelo prazo de cinco anos, com vencimento em abril de 2020, juros semestrais correspondentes a 111,57% do CDI e amortização no vencimento. Os recursos decorrentes da emissão das debêntures foram aplicados na aquisição de álcool etílico anidro e álcool etílico hidratado de produtores rurais. Por meio de aditamento à escritura de emissão, em 20 de abril de 2020, a Companhia repactuou determinadas condições da referida emissão, de modo a: (i) alongar o prazo para o pagamento de parcela no montante de R\$750 milhões, que passou a ter seu vencimento em 15 de abril de 2025; (ii) alterar o custo de emissão da referida parcela para CDI acrescido de sobretaxa de 0,89% ao ano; (iii) manter periodicidade de pagamento de juros semestrais nos dias 15 de abril e outubro; e (iv) estabelecer um cronograma de amortização constante, sendo o primeiro pagamento de principal programado para 15 de abril de 2023.

4ª Emissão de Debêntures

Em 16 de novembro de 2021, a Companhia realizou a sua quarta emissão de debêntures em duas séries no valor de R\$1,5 bilhão, sendo a 1ª (primeira) série pelo prazo de 7 anos e 2ª (segunda) série pelo prazo de 10 anos, com vencimento em novembro de 2028 e novembro de 2031 respectivamente. Os pagamentos de juros são anuais e a amortização é nos 2 (dois) últimos anos para a 1ª (primeira) Série e nos 3 (três) últimos anos para a 2ª (segunda) série.

Tipo:	4ª Emissão de Debêntures - 1ª Série
Ano:	2021
Valor:	R\$ 709,5 milhões
Custo:	100% do CDI + 1,45% ao ano
Prazo:	84 meses (a amortização do principal em duas parcelas nos dois últimos vencimentos dos juros anuais da operação, que terão início a partir de novembro de 2022)

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Vencimento:	Novembro de 2028
Saldo:	R\$ 719 milhões em 31 de dezembro de 2023

Tipo:	4ª Emissão de Debêntures - 2ª Série
Ano:	2021
Valor:	R\$ 790,5 milhões
Custo:	100% do CDI + 1,75% ao ano
Prazo:	120 meses (a amortização do principal em três parcelas nos últimos vencimentos dos juros anuais da operação, que terão início a partir de novembro de 2022)
Vencimento:	Novembro de 2031
Saldo:	R\$ 800 milhões em 31 de dezembro de 2023

5ª Emissão de Debêntures

Em 3 de outubro de 2022, a Companhia realizou a sua quinta emissão de debêntures em série única no valor de R\$1,5 bilhão, pelo prazo de 7 anos, com vencimento em outubro de 2029. Os pagamentos de juros são semestrais e a amortização é nos 2 últimos anos.

Tipo:	5ª Emissão de Debêntures
Ano:	2022
Valor:	R\$ 1.500 milhões
Custo:	100% do CDI + 1,50% ao ano
Prazo:	84 meses (a amortização do principal em duas parcelas nos dois últimos anos e a periodicidade dos pagamentos dos juros será semestral, tendo início a partir de abril de 2023)
Vencimento:	Outubro de 2029
Saldo:	R\$1.540 milhões em 31 de dezembro de 2023

FII FCM / RB Capital - Certificados de Recebíveis Imobiliários

A Companhia possui compromissos financeiros com a RB Capital Companhia de Securitização S.A. ("RB Capital") em função da cessão dos direitos creditórios dos contratos de locação celebrados entre a Companhia e o Fundo de Investimento Imobiliário FCM ("FII FCM") no fluxo da operação de captação de recursos para os projetos de construção da Base de Cruzeiro do Sul ("Basul") e Base de Porto Nacional ("Bapon"), os quais serviram de lastro para emissão dos Certificados de Recebíveis Imobiliários pela RB Capital.

Tipo:	Contrato de Locação – Bapon (lastro para CRI 99ª Série)
Ano:	2012
Valor:	R\$235,5 milhões
Custo:	IPCA + 4,09% ao ano
Prazo:	155 meses (amortização do principal e dos juros em doze parcelas anuais, a partir de fevereiro de 2014)
Vencimento:	Fevereiro de 2025
Saldo:	R\$98 milhões em 31 de dezembro de 2023

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Tipo:	Contrato de Locação – Bapon e Basum (lastro para CRI 100ª Série)
Ano:	2012
Valor:	R\$276,6 milhões
Custo:	IPCA + 4,98% ao ano
Prazo:	240 meses (amortização do principal e dos juros em doze parcelas anuais, a partir de fevereiro de 2014)
Vencimento:	Fevereiro de 2032
Saldo:	R\$335 milhões em 31 de dezembro de 2023

Certificados de Recebíveis do Agronegócio

A Companhia possui compromissos financeiros com a CIBRASEC – Companhia Brasileira de Securitização (“**CIBRASEC**”) em função da cessão dos direitos creditórios do agronegócio representados por 961.773 debêntures da segunda emissão da Companhia, as quais serviram de lastro para emissão dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio (“**CRA**”), pela CIBRASEC.

Tipo:	Emissão de CRA – 10ª Série (Cibrasec)
Ano:	2018
Valor:	R\$203,8 milhões
Custo:	100% do CDI ao ano
Prazo:	72 meses (amortização do principal em uma parcela única no vencimento e pagamento dos juros em doze parcelas semestrais, a partir de janeiro de 2019)
Vencimento:	Julho de 2024
Saldo:	R\$215 milhões em 31 de dezembro de 2023

Tipo:	Emissão de CRA – 11ª Série (Cibrasec)
Ano:	2018
Valor:	R\$277,7 milhões
Custo:	IPCA + 5,5914% ao ano
Prazo:	84 meses (amortização do principal em uma parcela única no vencimento e pagamento dos juros em sete parcelas anuais, a partir de julho de 2019)
Vencimento:	Julho de 2025
Saldo:	R\$379 milhões em 31 de dezembro de 2023

Em 13 de setembro de 2021 a Companhia fez a 3ª emissão de Debêntures para servir como lastro para uma operação de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (“**CRA**”). Nesse sentido, a Companhia possui compromissos financeiros com a VIRGO Companhia de Securitização (“**VIRGO**”) em função da cessão dos direitos creditórios do agronegócio representados por 800.000 debêntures da terceira emissão da Companhia, as quais serviram de lastro para emissão dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio (“**CRA**”), pela VIRGO.

Tipo:	Emissão de CRA – 43ª Série (VIRGO)
Ano:	2021

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Valor:	R\$ 800 milhões
Custo:	IPCA + 5,3995%
Prazo:	3.652 dias (10 anos). A amortização do principal será realizada em 3 (três) parcelas anuais e consecutivas nos 3 (três) últimos anos, conforme as datas previstas no Termo de Securitização. O pagamento dos juros será em parcelas anuais, a partir de setembro de 2022.
Vencimento:	Setembro de 2031
Saldo:	R\$912 milhões em 31 de dezembro de 2023

Notas de Crédito à Exportação

Citibank

Em 28 de fevereiro de 2020, a Companhia celebrou a NCE no valor de US\$ 200 milhões, pelo prazo de cinco anos. Sobre o valor nominal unitário incidem juros remuneratórios prefixados correspondentes a 1,2160% ao ano. Para mitigar o risco de exposição cambial, a Companhia celebrou um contrato de *swap* com o próprio banco, com o objetivo de substituir o fluxo em dólares por um fluxo em reais no valor de R\$869 milhões (notional), pelo mesmo prazo da NCE. Sobre o valor nominal unitário do *swap* incidem juros remuneratórios correspondentes a CDI acrescido de 0,79% ao ano. A amortização do principal ocorrerá através de cinco pagamentos semestrais a partir de 2023 até a data de vencimento da NCE e os juros remuneratórios são pagos trimestralmente.

Em 17 de fevereiro de 2022, a Companhia celebrou a NCE no valor de US\$ 75 milhões, pelo prazo de cinco anos. Sobre o valor nominal unitário incidem juros remuneratórios prefixados correspondentes a 2,9440% ao ano. Para mitigar o risco de exposição cambial, a Companhia celebrou um contrato de *swap* com o próprio banco, com o objetivo de substituir o fluxo em dólares por um fluxo em reais no valor de R\$387 milhões (notional), pelo mesmo prazo da NCE. Sobre o valor nominal unitário do *swap* incidem juros remuneratórios correspondentes a CDI acrescido de 1,50% ao ano. A amortização do principal ocorrerá através de pagamento único na data de vencimento da NCE e os juros remuneratórios são pagos semestralmente.

MUFG

Em 2 de março de 2020, a Companhia celebrou uma NCE no valor de US\$67 milhões, pelo prazo de cinco anos, com vencimento em 5 de março de 2023. A operação foi estruturada com *step-up* de taxa, de forma que entre março de 2020 e março de 2021 incidem juros de 2,08% ao ano e entre março de 2021 e março de 2025 os juros prefixados serão de 2,18% ao ano. Para mitigar o risco de exposição cambial, a Companhia celebrou um contrato de *swap* com o objetivo de substituir o fluxo em dólares por um fluxo em reais no valor de R\$301 milhões (notional), pelo mesmo prazo da NCE. Sobre o valor nominal unitário do *swap* incidem juros remuneratórios correspondentes a CDI acrescido de 0,69% ao ano. A amortização do principal ocorrerá em parcelas iguais semestralmente a partir 2 de março de 2022 até a data de vencimento da NCE e os juros remuneratórios são pagos semestralmente sendo o primeiro pagamento realizado em 2 de setembro de 2020.

Banco do Brasil

Em 21 de março de 2022, a Companhia celebrou a NCE no valor de R\$482 milhões, pelo prazo de cinco anos. Sobre o valor nominal unitário incidem juros remuneratórios correspondentes a CDI + 1,65% ao ano. Em 27 de setembro de 2023, a Companhia celebrou um aditivo de retificação e ratificação à NCE para prorrogar o vencimento da operação de 16/03/2027 para 16/03/2029, mantendo as demais condições. A amortização do principal ocorrerá através de pagamento único na data de vencimento da NCE e os juros remuneratórios são pagos semestralmente.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 13 de abril de 2022, a Companhia celebrou a NCE no valor de R\$550 milhões, pelo prazo de cinco anos. Sobre o valor nominal unitário incidem juros remuneratórios correspondentes a CDI + 1,65% ao ano. Em 27 de setembro de 2023, a Companhia celebrou um aditivo de retificação e ratificação à NCE para prorrogar o vencimento da operação de 04/04/2027 para 04/04/2029, mantendo as demais condições. A amortização do principal ocorrerá através de pagamento único na data de vencimento da NCE e os juros remuneratórios são pagos semestralmente.

Em 26 de agosto de 2022, a Companhia celebrou a NCE no valor de R\$424 milhões, pelo prazo de seis anos, juros remuneratórios correspondentes a 117,75% do CDI. Em 24 de março de 2023, a Companhia antecipou a quitação do principal e juros em aberto da NCE, extinguindo assim a operação.

Bank of China

Em 04 de abril de 2022, a Companhia celebrou a NCE no valor de US\$ 90 milhões, pelo prazo de cinco anos. Sobre o valor nominal unitário incidem juros remuneratórios prefixados correspondentes a 4,10% ao ano. Para mitigar o risco de exposição cambial, a Companhia celebrou um contrato de *swap* com o banco JP Morgan, com o objetivo de substituir o fluxo em dólares por um fluxo em reais no valor de R\$431 milhões (notional), pelo mesmo prazo da NCE. Sobre o valor nominal unitário do *swap* incidem juros remuneratórios correspondentes a CDI acrescido de 1,3185% ao ano. A amortização do principal ocorrerá através de pagamento único na data de vencimento da NCE e os juros remuneratórios são pagos semestralmente.

Contratos Loan 4.131

JP Morgan

Em 27 de fevereiro de 2020, a Companhia celebrou um *Letter Agreement* (empréstimo externo) com base na Lei nº 4.131/62, no valor de US\$62,5 milhões, pelo prazo de três anos. Sobre os valores nominais unitários incidem juros remuneratórios prefixados correspondentes a 0,92% ao ano. Para mitigar o risco de exposição cambial, a Companhia celebrou um contrato de *swap* com o objetivo de substituir o fluxo em dólares por um fluxo em reais no valor de R\$281 milhões (notional), pelo mesmo prazo do empréstimo. Sobre o valor nominal unitário do *swap* incidem juros remuneratórios correspondentes a CDI acrescidos de 0,64% ao ano. A amortização do principal ocorrerá através de pagamento único, na data de vencimento da operação e os juros remuneratórios são pagos trimestralmente.

Em 02 de março de 2023, a Companhia celebrou um *Letter Agreement* (empréstimo externo) com base na Lei nº 4.131/62, no valor de US\$50 milhões, pelo prazo de dois anos. Sobre os valores nominais unitários incidem juros remuneratórios prefixados correspondentes a 5,92% ao ano. Para mitigar o risco de exposição cambial, a Companhia celebrou um contrato de *swap* com o objetivo de substituir o fluxo em dólares por um fluxo em reais no valor de R\$260 milhões (notional), pelo mesmo prazo do empréstimo. Sobre o valor nominal unitário do *swap* incidem juros remuneratórios correspondentes a CDI acrescidos de 1,38% ao ano. A amortização do principal ocorrerá através de pagamento único, na data de vencimento da operação e os juros remuneratórios são pagos semestralmente.

ScotiaBank

Em 18 de fevereiro de 2020, a Companhia celebrou um *Credit Agreement* (empréstimo externo) com base na Lei nº 4.131/62, no valor de US\$222,5 milhões, com prazo de cinco anos. Sobre os valores nominais unitários incidem juros remuneratórios prefixados correspondentes a 2,19% ao ano. Para mitigar o risco de exposição cambial, a Companhia celebrou um contrato de *swap* com o próprio banco, com o objetivo de substituir o fluxo em dólares por um fluxo em reais no valor de

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

R\$1.000 milhões (notional), pelo mesmo prazo do empréstimo. Sobre o valor nominal unitário do *swap* incidem juros remuneratórios correspondentes a CDI acrescidos de 0,78% ao ano.

Em 4 de fevereiro de 2021, a Companhia celebrou um *Credit Agreement* (empréstimo externo) com base na Lei nº 4.131/62, no valor de US\$100 milhões, com prazo de cinco anos. Sobre os valores nominais unitários incidem juros remuneratórios prefixados correspondentes a 1,53% ao ano. Para mitigar o risco de exposição cambial, a Companhia celebrou um contrato de *swap* com o próprio banco, com o objetivo de substituir o fluxo em dólares por um fluxo em reais no valor de R\$537,5 milhões (notional), pelo mesmo prazo do empréstimo. Sobre o valor nominal unitário do *swap* incidem juros remuneratórios correspondentes a CDI acrescidos de 1,55% ao ano.

Em 27 de outubro de 2021, a Companhia celebrou um *Credit Agreement* (empréstimo externo) com base na Lei nº 4.131/1962, no valor de US\$ 90 milhões, com prazo de seis anos. Sobre os valores nominais unitários incidem juros remuneratórios prefixados correspondentes a 2,3864% ao ano. Para mitigar o risco de exposição cambial, a Companhia celebrou um contrato de *swap* com o próprio banco, com o objetivo de substituir o fluxo em dólares por um fluxo em reais no valor de R\$500 milhões (notional), pelo mesmo prazo do empréstimo. Sobre o valor nominal unitário do *swap* incidem juros remuneratórios correspondentes a CDI acrescidos de 1,52% ao ano. As amortizações de principais ocorrerá através de pagamentos únicos, nas datas de vencimento das operações e os juros remuneratórios são pagos semestralmente.

Em 28 de janeiro de 2022, a Companhia celebrou um *Credit Agreement* (empréstimo externo) com base na Lei nº 4.131/1962, no valor de US\$ 60 milhões, com prazo de seis anos. Sobre os valores nominais unitários incidem juros remuneratórios prefixados correspondentes a 3,12% ao ano. Para mitigar o risco de exposição cambial, a Companhia celebrou um contrato de *swap* com o próprio banco, com o objetivo de substituir o fluxo em dólares por um fluxo em reais no valor de R\$326 milhões (notional), pelo mesmo prazo do empréstimo. Sobre o valor nominal unitário do *swap* incidem juros remuneratórios correspondentes a CDI acrescidos de 1,65% ao ano. As amortizações de principais ocorrerá através de pagamentos únicos, nas datas de vencimento das operações e os juros remuneratórios são pagos semestralmente.

Em 17 de março de 2023, a Companhia celebrou um *Credit Agreement* (empréstimo externo) com base na Lei nº 4.131/1962, no valor de US\$ 100 milhões, com prazo de cinco anos. Sobre os valores nominais unitários incidem juros remuneratórios prefixados correspondentes a 4,9704% ao ano. Para mitigar o risco de exposição cambial, a Companhia celebrou um contrato de *swap* com o próprio banco, com o objetivo de substituir o fluxo em dólares por um fluxo em reais no valor de R\$528 milhões (notional), pelo mesmo prazo do empréstimo. Sobre o valor nominal unitário do *swap* incidem juros remuneratórios correspondentes a CDI acrescidos de 1,99% ao ano. As amortizações de principais ocorrerá através de quatro pagamentos semestrais a partir de setembro de 2026 até a data de vencimento do *Credit Agreement* e os juros remuneratórios são pagos semestralmente.

Santander

Em 8 de fevereiro de 2021, a Companhia celebrou uma Cédula de Crédito Bancário com base na Lei nº 4.131/62, no valor de R\$ 1.060 milhões, com prazo de cinco anos. Sobre os valores nominais unitários incidem juros remuneratórios correspondentes a CDI acrescidos de 1,67% ao ano. Em 28 de setembro de 2023, a Companhia antecipou a quitação do principal e juros em aberto da CCB extinguindo assim a operação.

Em 28 de setembro de 2023, a Companhia celebrou uma Cédula de Crédito Bancário com base no FINEX, no valor de R\$ 1.060 milhões, com prazo de cinco anos. Sobre os valores nominais unitários incidem juros remuneratórios correspondentes a CDI acrescidos de 1,65% ao ano. A amortização

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

do principal ocorrerá através de pagamento único, na data de vencimento da operação e os juros remuneratórios são pagos anualmente.

BNP Paribas

Em 8 de fevereiro de 2021, a Companhia celebrou um *Loan Agreement* (empréstimo externo) com base na Lei nº 4.131/62, no valor de US\$150 milhões, com prazo de cinco anos. Sobre os valores nominais unitários incidem juros remuneratórios prefixados correspondentes a 2,023% ao ano. Para mitigar o risco de exposição cambial, a Companhia celebrou um contrato de *swap* com o próprio banco, com o objetivo de substituir o fluxo em dólares por um fluxo em reais no valor de R\$803 milhões (notional), pelo mesmo prazo do empréstimo. Sobre o valor nominal unitário do *swap* incidem juros remuneratórios correspondentes a CDI acrescidos de 1,69% ao ano. A amortização do principal ocorrerá através de pagamento único, na data de vencimento da operação e os juros remuneratórios são pagos semestralmente.

Em 29 de junho de 2022, a Companhia celebrou um *Loan Agreement* (empréstimo externo), no valor de US\$50 milhões, com prazo de três anos. Sobre os valores nominais unitários incidem juros remuneratórios correspondentes a SOFR + 1,76% ao ano. A amortização do principal ocorrerá através de pagamento único, na data de vencimento da operação e os juros remuneratórios são pagos trimestralmente.

Bank of America

Em 2 de março de 2021, a Companhia celebrou um *Credit Agreement* (empréstimo externo) com base na Lei nº 4.131/62, no valor de US\$73,4 milhões, com prazo de cinco anos. Sobre os valores nominais unitários incidem juros remuneratórios prefixados correspondentes a 2,27% ao ano. Para mitigar o risco de exposição cambial, a Companhia celebrou um contrato de *swap* com o próprio banco, com o objetivo de substituir o fluxo em dólares por um fluxo em reais no valor de R\$399,5 milhões (notional), pelo mesmo prazo do empréstimo. Sobre o valor nominal unitário do *swap* incidem juros remuneratórios correspondentes a CDI acrescidos de 1,67% ao ano. Em 10 de março de 2023, a Companhia antecipou a quitação do principal e juros em aberto do *Credit Agreement*, extinguindo assim a operação.

Em 2 de fevereiro de 2022, a Companhia celebrou um *Credit Agreement* (empréstimo externo) com base na Lei nº 4.131/62, no valor de US\$75 milhões, com prazo de cinco anos. Sobre os valores nominais unitários incidem juros remuneratórios prefixados correspondentes a 2,85% ao ano. Para mitigar o risco de exposição cambial, a Companhia celebrou um contrato de *swap* com o próprio banco, com o objetivo de substituir o fluxo em dólares por um fluxo em reais no valor de R\$404,6 milhões (notional), pelo mesmo prazo do empréstimo. Sobre o valor nominal unitário do *swap* incidem juros remuneratórios correspondentes a CDI acrescidos de 1,64% ao ano. A amortização do principal ocorrerá através de pagamento único, na data de vencimento da operação e os juros remuneratórios são pagos trimestralmente.

Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio - CDCA

Banco do Brasil

Em 10 de agosto de 2021, a Companhia emitiu Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio – CDCA, em conformidade com a Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004, no valor de R\$ 1,2 bilhão com prazo de 8 (oito) anos. Sobre os valores nominais unitários incidem juros remuneratórios pós fixados correspondentes a 100% da taxa DI + 1,55% ao ano. A amortização do principal ocorrerá em duas prestações vencíveis em 20/08/2028 e em 20/08/2029, de valores correspondentes ao resultado da divisão do saldo e os juros remuneratórios da operação são pagos semestralmente.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A Companhia informa que nos últimos anos foi verificada uma melhora no perfil de sua dívida bancária, que passou de um custo médio de 10,2% ao ano e um prazo médio de 4,4 anos em 31 de dezembro de 2022 para um custo médio de 13,2% ao ano e um prazo médio de 3,8 anos. O aumento do custo médio se deu principalmente em função das recentes altas da taxa Selic promovidas pelo Banco Central, já que a Cia. possui a maior parte de suas dívidas indexadas a variação da taxa DI.

(ii) outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras

A Companhia possui um relacionamento próximo e equilibrado com as principais instituições financeiras atuantes no mercado brasileiro. A Companhia possui contratos de serviços de cobrança de longa data com o Banco do Brasil, Santander e Bradesco, possui contratos de fianças bancárias (garantia em processos judiciais) por prazo indeterminado com os Bancos Itaú, Banrisul, Bradesco, Safra e Santander e Contratos Globais de Derivativos (CGD) com Bradesco, Citibank, BNP Paribas, Deutsche Bank, Votorantim, JP Morgan, Morgan Stanley, Santander, BMG, entre outros.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas da Companhia

Em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas no passivo exigível acontecerá de acordo com a Lei nº 11.101/2005: (i) créditos trabalhistas; (ii) créditos com garantia real até o limite do valor do bem gravado; (iii) créditos tributários; (iv) créditos com privilégio especial conforme previsto na Lei nº 11.101/2005; (v) créditos com privilégio geral conforme previsto na Lei nº 11.101/2005; (vi) créditos quirografários; (vii) multas e penas pecuniárias; e (viii) créditos subordinados.

Nenhuma das dívidas financeiras da Companhia existentes nos últimos três exercícios sociais, possuíam cláusula específica contratual de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre elas. Assim, o grau de subordinação entre as dívidas financeiras da Companhia e de suas controladas segue o quanto determinado na legislação em vigor e nas eventuais garantias constituídas.

(iv) restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Os contratos financeiros firmados pela Companhia e/ou por suas subsidiárias possuem algumas restrições impostas pelos credores, observado o previsto abaixo:

- *limites de endividamento, contratação de novas dívidas e emissão de novos valores mobiliários:* nenhum dos contratos de empréstimo e financiamento da Companhia conta com a apuração de *covenant* financeiro limitando a capacidade de endividamento da Companhia seja por instrumentos bilaterais ou por operações realizadas em mercado;
- *distribuição de dividendos:* alguns contratos possuem restrição para pagamento de dividendos, aplicável apenas caso a Companhia esteja inadimplente com suas obrigações;
- *alienação de controle societário:* alguns contratos possuem a restrição de reorganização societária e alteração do controle societário da emissora sem o consentimento prévio do respectivo credor; e
- *alienação de ativos:* alguns contratos restringem a alienação por parte da Companhia a partir dos seguintes limites: (i) maior do que um bilhão de reais; (ii) maior do que 15% do ativo total; ou (iii) maior do que 15% do ativo imobilizado.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A Companhia acompanha o atendimento das cláusulas restritivas estabelecidas em seus instrumentos financeiros, não tendo havido descumprimento nos três últimos exercícios sociais.

(g) limites de utilização dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

A Companhia informa que, na presente data, não dispunha de nenhum contrato de financiamento ou contrato de projetos de longo prazo cujo desembolso não tenha sido realizado integralmente.

(h) alterações significativas em cada item das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas em geral significam “análise horizontal” e “análise vertical”, respectivamente.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

Principais linhas das demonstrações de resultado da Companhia:

- **Receita de Vendas:** significa a receita operacional líquida da Companhia e é proveniente principalmente da venda de combustíveis e de lubrificantes, cujos produtos mais relevantes são: diesel, gasolina, querosene de aviação (JET-A1), óleo combustível e etanol, deduzidos principalmente dos encargos incidentes sobre as vendas, devoluções, prêmios e descontos, bonificações e antecipações de recebíveis. Os produtos e serviços que a Companhia vende são precificados considerando uma série de variáveis, incluindo, principalmente, os custos de aquisição de produtos ou serviços, encargos sobre as vendas e a margem. Os encargos sobre as vendas consistem em ICMS, ISS, PIS e COFINS incidentes sobre os produtos e serviços comercializados pela Companhia. As bonificações consistem em valores pagos, principalmente, aos revendedores dos postos de serviço para os quais a Companhia distribui combustíveis e lubrificantes e são atreladas a metas de volumes de vendas de combustíveis e de lubrificantes previamente acordadas. As devoluções consistem, principalmente, de produtos fora de especificação devolvidos pelos clientes da Companhia e os prêmios e descontos consistem, principalmente, de bônus concedidos a clientes do segmento operacional Rede de Postos e do B2B em vendas *spot*.
- **Custo dos produtos vendidos e serviços prestados:** representa, principalmente, o custo (i) dos produtos adquiridos dos fornecedores da Companhia (preponderantemente da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras (“Petrobras”)) e para a (ii) produção de lubrificantes, bem como demais gastos necessários para colocação de tais produtos à venda.
- **Despesas Operacionais:** compreendem os seguintes grupos:
 - **Vendas:** representa as despesas com as áreas comerciais e de operações da Companhia, e compreendem, principalmente, os gastos com pessoal (i.e. salários, férias, encargos, plano de pensão e saúde ativos, etc.), fretes de entrega, perdas de crédito esperadas, perdas com títulos incobráveis (por exemplo, os casos em que se esgotaram as possibilidades de cobrança), serviços contratados (i.e. expedição e armazenagem, serviços operacionais em aeroportos, conservação de equipamentos, entre outros), despesas gerais, depreciação e amortização, pesquisa e desenvolvimento tecnológico e aluguéis, principalmente de terrenos;
 - **Gerais e administrativas:** representa, principalmente, as despesas com as áreas administrativas da Companhia e compreendem, principalmente, os gastos com

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

pessoal (i.e. salários, férias, encargos, plano de pensão e saúde ativos, etc.), serviços contratados (i.e. processamento de dados, Segurança, Meio Ambiente e Saúde - SMS, conservação de imóveis), despesas gerais, depreciação e amortização;

- *Tributárias*: representa, principalmente, os gastos com IPTU, IOF, PIS e COFINS sobre outras receitas e programas de anistias para quitação de dívidas tributárias, principalmente de ICMS; e
- *Outras receitas (despesas), líquidas*: representada, principalmente, pelo resultado das perdas e provisões com processos judiciais, despesas com planos de pensão e saúde inativos, receita com arrendamentos operacionais (i.e. aluguéis recebidos dos revendedores de postos de serviço por locação ou sublocação), recuperação de créditos tributários, despesas com relações institucionais e projetos culturais, receita com royalties da nossa rede de franquias BR Mania e Lubrax+, despesas com marketing, receita de armazenagem Conjunta decorrente da cessão de espaço das bases para armazenamento de produtos a terceiros e do resultado das operações de *hedge* e *commodities*.
- **Resultado Financeiro (Receitas e Despesas Financeiras, e Variações Cambiais e Monetárias, Líquidas)**: inclui, principalmente as despesas com empréstimos e financiamentos, com juros por atraso de clientes, receitas decorrentes dos financiamentos que concedemos a determinados revendedores de postos de serviço para investimentos nos seus respectivos postos, variações monetárias ativas e passivas (i.e. atualizações por SELIC, IPCA, entre outros) e variações cambiais, geradas, principalmente, por operações de vendas no exterior e saldos bancários em moeda estrangeira, bem como o resultado dos derivativos financeiros de moeda.
- **Imposto de renda e contribuição social**: inclui as despesas com os tributos correntes e diferidos sobre o lucro da Companhia.

Informações por Segmento de Negócio

As informações contábeis por segmento operacional da Companhia são elaboradas com base em itens atribuíveis diretamente ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados por critérios de rateio pré-estabelecidos.

A Diretoria Executiva da Companhia decidiu, a partir do 1º trimestre de 2023, avaliar o desempenho dos negócios, a alocação de recursos, os resultados financeiros, as previsões e planos para os segmentos operacionais que se seguem: (i) Rede de Postos; e (ii) B2B. Doravante somente estes dois segmentos terão seus resultados regularmente revistos e acompanhados pelo principal gestor das operações, com seu desempenho individual avaliado periodicamente pela Diretoria Executiva, pelo Conselho de Administração e pelos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração. Com isto, e para fins de comparabilidade, fez-se necessário a reapresentação dessas informações por segmentos para o exercício de 2022.

I Rede de Postos

Consiste na comercialização de combustíveis derivados de petróleo, gás natural veicular e biocombustíveis, objetivando alcançar as metas de mercado e de rentabilidade estabelecidas, bem como criar as condições favoráveis para o seu crescimento sustentável. Os preços praticados para o segmento Rede de Postos são afetados, principalmente, pelo custo de aquisição de produtos junto à Petrobras, principal fornecedora da Companhia. Na medida do possível e desde que as

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

margens sejam preservadas, a Companhia tende a repassar o aumento ou redução no custo de aquisição de produtos para os seus clientes.

II B2B

Consiste na comercialização de combustíveis líquidos, arla 32 e prestação de serviços associados aos clientes do mercado consumidor. No negócio de aviação, atuamos na comercialização de querosene de aviação (JET-A1) e gasolina de aviação e prestação de serviços para aviação em aeroportos do país para companhias aéreas, aviação militar e aviação executiva que operam no setor de transporte aéreo doméstico e para o exterior. No negócio de produtos químicos, atuamos no beneficiamento e na distribuição de produtos como enxofre, solventes hidrocarbônicos e especialidades químicas. Entre os setores da economia atendidos estão os de óleo e gás, química fina, agronegócio, tintas, adesivos, domissanitários e borrachas. Na comercialização de energia, distribuimos o coque verde de petróleo (CVP) no mercado nacional e desenvolvemos projetos para comercialização de energia elétrica, bem como projetos de distribuição de energia. Os preços praticados pela Companhia no segmento “B2B” são afetados, principalmente, pelo custo de aquisição de produtos junto à Petrobras, principal fornecedora da Companhia. Na medida do possível e desde que as margens sejam preservadas, a Companhia tende a repassar o aumento ou redução no custo de aquisição de produtos para os seus clientes.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Análise da demonstração de resultados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 comparado ao exercício social encerrado 31 de dezembro de 2022:

Dados consolidados em R\$ (milhões)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2023	AV (%)	2022	AV (%)	AH (%)
Receita de vendas	162.947	100,0	181.446	100,0	(10,2)
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(154.586)	(94,9)	(173.957)	(95,9)	(11,1)
Lucro bruto	8.361	5,1	7.489	4,1	11,6
Despesas operacionais					
Vendas	(2.714)	(1,7)	(2.646)	(1,5)	2,6
Perda de crédito esperadas	(59)	0,0	8	0,0	(837,5)
Gerais e administrativas	(804)	(0,5)	(743)	(0,4)	8,2
Tributárias	(139)	(0,1)	(100)	(0,1)	39,0
Outras receitas (despesas), líquidas	2.934	1,8	(43)	(0,0)	(6.923,3)
	(782)	(0,5)	(3.524)	(1,9)	(77,8)
Lucro antes do resultado financeiro, participação e impostos	7.579	4,7	3.965	2,2	91,1
Financeiras					
Despesas	(1.502)	(0,9)	(1.327)	(0,7)	13,2
Receitas	938	0,6	697	0,4	34,6
Variações cambiais e monetárias, líquidas	(520)	(0,3)	(1.401)	(0,8)	(62,9)
	(1.084)	(0,7)	(2.031)	(1,1)	(46,6)
Resultado de participações em investimentos	(36)	(0,0)	(4)	(0,0)	800,0
Lucro antes dos impostos	6.459	4,0	1.930	1,1	234,7
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferida	(1.693)	(1,0)	(393)	(0,2)	330,8
Lucro líquido do período	4.766	2,9	1.537	0,8	210,1

Receita de vendas

A receita de vendas da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$162.947 milhões, representando uma redução de R\$18.499 milhões ou 10,2% em relação à receita de vendas de R\$181.446 milhões registrada no exercício social em 31 de dezembro de 2022. Os diretores da Companhia entendem que esta variação decorre, principalmente, da redução de 6,3% nos preços médios de realização (receita dividida pelo volume vendido), associada a redução de 4,2% no volume dos produtos vendidos pela companhia (de 38.553 mil m³ em 2022 para 36.932 mil m³ em 2023).

A tabela abaixo mostra a receita de vendas e volume vendido de cada um dos principais produtos comercializados pela Companhia, bem como as respectivas variações entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Produtos	Receita de vendas de produtos e serviços prestados R\$ milhões		Variação		Volume mil m³		Variação	
	dez/23	dez/22	R\$	%	dez/23	dez/22	Mil m³	%
Diesel	82.518	95.035	(12.517)	(13,2)	16.773	17.843	(1.070)	(6,0)
Gasolinas	47.027	45.063	1.964	4,4	10.686	10.849	(163)	(1,5)
JET – A1 (querosene de aviação)	17.402	21.450	(4.048)	(18,9)	3.891	4.107	(216)	(5,3)
Óleo Combustível	5.163	6.109	(946)	(15,5)	1.617	1.623	(6)	(0,4)
Etanol	7.854	8.915	(1.061)	(11,9)	2.891	2.810	81	2,9
Lubrificantes	2.777	2.923	(146)	(5,0)	261	257	4	1,6
Gás Natural e GNV	450	654	(204)	(31,2)	155	206	(51)	(24,8)
Coque	549	858	(309)	(36,0)	315	506	(191)	(37,7)
Outros	1.694	2.479	(785)	(31,7)	343	352	(9)	(2,6)
Energia	22	19	3	15,8	-	-	-	N/A
Prestação de Serviços	94	62	32	51,6	-	-	-	N/A
Juros embutidos no preço dos produtos	(869)	(477)	(392)	82,2	-	-	-	N/A
Bonificações antecipadas concedidas a clientes	(717)	(651)	(66)	10,1	-	-	-	N/A
Bonificações por desempenho, prêmios e descontos	(1.017)	(993)	(24)	2,4	-	-	-	N/A
Total	162.947	181.446	(18.499)	(10,2)	36.932	38.553	(1.621)	(4,2)

De acordo com a tabela acima, aproximadamente 98,2% e 97,3% da receita de vendas da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente é representada pela comercialização de: gasolina, etanol, diesel, óleo combustível e querosene de aviação (JET-A1).

Receita de Vendas por Segmento

Para divulgação da Receita de Vendas por Segmento, a Companhia utiliza valores ajustados pela apropriação das bonificações antecipadas concedidas a clientes. Para divulgação do Custo de Produtos Vendidos e Serviços Prestados, a Companhia utiliza valores ajustados pela depreciação dos ativos da fábrica de lubrificantes.

Rede de Postos

Rede de Postos				
	dez/2023	dez/2022	AH	AH%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Volume (em milhares de m³)	23.072	23.787	(715)	(3,0)
Receita de Vendas (em milhões de reais)	99.786	105.676	(5.890)	(5,6)
Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados (em milhões de reais)	(94.289)	(101.904)	7.615	(7,5)
Lucro Bruto	5.497	3.772	1.725	45,7

A receita de vendas da Companhia no segmento operacional Rede de Postos reduziu 5,6%, passando a R\$99.786 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, de R\$105.676 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Os diretores da Companhia entendem que esta redução é explicada em função da redução de 2,6% nos preços médios de realização dos produtos da Rede de Postos (i.e. receita de vendas dividida pelo volume de vendas) observados pela Companhia, reflexo, principalmente, da redução de 4,6% nos custos médios de aquisição dos produtos (i.e. custo dos produtos e serviços vendidos dividido pelo volume de vendas), associada a redução de 3,0% no volume dos produtos vendidos.

Apesar da manutenção da liderança de participação no segmento, houve redução de 3,0% no volume dos produtos vendidos no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2023, atribuível, especialmente, às menores vendas de diesel (-6%) e de produtos ciclo Otto (-1,0%). O foco da companhia em clientes de sua rede contratada e o perfil do mercado ciclo Otto com maior participação do etanol ajudam a explicar o menor volume comercializado em 2023.

B2B

B2B	dez/2023	dez/2022	AH	AH%
Volume (em milhares de m³)	13.860	14.766	(906)	(6,1)
Receita de Vendas (em milhões de reais)	63.878	76.421	(12.543)	(16,4)
Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados (em milhões de reais)	(60.284)	(72.039)	11.755	(16,3)
Lucro Bruto	3.594	4.382	(788)	(18,0)

A receita de vendas da Companhia no segmento operacional B2B reduziu 16,4%, passando a R\$63.878 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, de R\$76.421 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Os diretores da Companhia entendem que esta redução é explicada em função da redução de 10,9% nos preços médios de realização dos produtos do B2B (i.e. receita de vendas dividida pelo volume de vendas) observados pela Companhia, reflexo, principalmente, da redução de 10,8% nos custos médios de aquisição dos produtos (i.e. custo dos produtos e serviços vendidos dividido pelo volume de vendas), associada a redução de 6,1% no volume dos produtos vendidos.

A redução de 6,1% no volume dos produtos vendidos é atribuível especialmente, às menores vendas de diesel (-6,4%), de combustíveis de aviação (-5,2%) e de coque (-37,8%). O foco em nossos clientes B2B contratados contribuem para os menores volumes de vendas de diesel, enquanto as menores vendas de Coque estão relacionadas ao encerramento de contratos com a Petrobras e a redução de combustíveis de aviação à menor participação no volume de uma das grandes Companhias Aéreas nacionais.

Custo dos produtos vendidos e serviço prestados

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, o custo dos produtos vendidos e serviços prestados foi de R\$154.586 milhões, representando uma redução de 11,1% em relação

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

aos R\$173.957 milhões registrados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, correspondendo a 94,9% e 95,9% da receita de vendas da Companhia nos referidos períodos, respectivamente. Os diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu principalmente em função da redução de 7,2% no custo médio de aquisição dos produtos (custo dos produtos vendidos dividido pelo volume vendido), associada à redução de 4,2% no volume dos produtos vendidos.

Lucro bruto

Em razão dos fatores acima indicados, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 o lucro bruto da Companhia totalizou R\$8.361 milhões, representando um aumento de 11,6% em relação aos R\$7.489 milhões apurados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, correspondendo a 5,1% e 4,1% da receita de vendas da Companhia nos referidos períodos, respectivamente. Os diretores entendem que essa variação ocorreu principalmente em razão do aumento de 16,5% na margem média de comercialização (lucro bruto dividido pelo volume vendido), parcialmente compensado pela redução de 4,2% no volume dos produtos vendidos.

Despesas operacionais

(a) Vendas

As despesas com vendas somaram R\$2.714 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e R\$2.646 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de 2,6% ou R\$68 milhões, e corresponderam a 1,7% e 1,5% respectivamente, da receita de vendas da Companhia. Os diretores da Companhia entendem que esse aumento ocorreu, principalmente, pelo aumento de R\$89 milhões em serviços de terceiros, fretes e aluguéis.

(b) Gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas somaram R\$804 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e R\$743 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de 8,2% ou R\$61 milhões. Os diretores da Companhia entendem que esse aumento, ocorreu principalmente, pelo aumento das despesas com pessoal (R\$51 milhões).

(c) Outras receitas (despesas), líquidas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, as outras receitas (despesas), líquidas somaram R\$2.934 milhões em receitas líquidas em comparação com as despesas líquidas de R\$43 milhões apuradas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, uma variação positiva de R\$2.977 milhões. Os diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, especialmente, pelas seguintes razões:

- (i) (+) Crédito de PIS e COFINS - Lei Complementar nº 192: reconhecimento de R\$2.591 milhões, em função, principalmente de uma sequência de eventos importantes nesse processo, entre eles a decisão proferida na ADI nº 7.181/DF que reconheceu a necessidade de se observar a anterioridade nonagesimal, por implicar revogação de benefício fiscal;
- (ii) (+) Resultado do hedge de commodities: variação positiva de R\$1.102 milhões decorrente, principalmente, das perdas apuradas, em 2022, na proteção da variação no preço praticado pela Petrobras em comparação ao preço pago na importação de derivados, bem como na variação da proteção do estoque da Vibra contra a variação do preço dos produtos no

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

mercado nacional (R\$953 milhões). Em 2023, a companhia apurou um ganho de R\$149 milhões);

- (iii) (+) Crédito PIS/PASEP – Semestralidade: reconhecimento de R\$828 milhões devido a indébito tributário referente ao período compreendido entre setembro de 1988 e setembro de 1995;
- (iv) (-) Créditos de PIS/COFINS sobre frete de entrega e transferências: variação negativa de R\$594 milhões, devido ao reconhecimento, em 2022, de R\$672 milhões de créditos sobre produtos sujeitos à tributação monofásica, discussão que, em função de novos eventos ocorridos em 2022, tem tido desfecho favorável aos contribuintes em esfera administrativa, dispensando, portanto, o ajuizamento de ações para obtenção do direito ao creditamento);
- (v) (-) Provisão para acordos extrajudiciais: reconhecimento de R\$360 milhões referente acordo celebrado, em 2023, com a Rede Forte Comércio e Outros, para dar fim a todos os litígios havidos entre as partes, por meio do qual estas se conferem plena, total e irrevogável quitação);
- (vi) (-) Resultado com alienação/baixa de ativos: variação negativa de R\$196 milhões em função, principalmente, das menores vendas de imóveis em 2023; e
- (vii) (-) Provisão crédito de descarbonização: aumento de R\$196 milhões, referente ao provisionamento da parcela referente ao CBIOS do exercício de 2023 (R\$1.222 milhões), associado ao ajuste na provisão do CBIOS de 2022 (R\$24 milhões) decorrente de novas compras efetuadas em 2023, parcialmente compensados pela provisão de CBIOS do exercício de 2022 (R\$1.050 milhões).

Resultado financeiro

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia teve despesa financeira líquida de R\$1.084 milhões, ante uma despesa financeira líquida de R\$2.031 milhões apurada no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando uma variação positiva de R\$947 milhões. Os diretores da Companhia entendem que a variação decorre, principalmente, dos seguintes eventos:

- (i) (+) Resultado líquido de operações com Instrumentos Financeiros Derivativos/Empréstimos e Financiamentos exterior: variação positiva de R\$679 milhões, em função, principalmente, dos seguintes eventos: (i) variação positiva de R\$563 milhões nas operações de swap relacionadas aos empréstimos no exterior; e (ii) ganho cambial de R\$116 milhões sobre a dívida no exterior;
- (ii) (-) Resultado líquido de operações com Instrumentos Financeiros Derivativos/Empréstimos e Financiamentos no país: variação negativa de R\$100 milhões, em função, principalmente, dos seguintes eventos: (i) variação negativa de R\$225 milhões com despesas de juros e variações monetárias; e (ii) variação positiva de R\$125 milhões nas operações de swap relacionadas aos empréstimos no país);
- (iii) (+) Receitas Financeiras – Aplicações Financeiras – variação positiva de R\$188 milhões, em função, principalmente, da valorização da taxa DI e do maior volume aplicado; e
- (iv) (+) Juros por atraso e Financiamento a clientes - variação positiva de R\$128 milhões, em função, de maiores juros auferidos em 2023.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferida

As despesas com imposto de renda e contribuição social corrente e diferida apresentaram aumento de R\$1.300 milhões, tendo sido registrada uma despesa de R\$1.693 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 contra uma despesa de R\$393 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Os diretores entendem que essa variação decorreu, principalmente, do maior lucro antes dos impostos apurados no exercício de 2023.

Lucro líquido

Em função do anteriormente exposto, o lucro líquido da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$4.766 milhões, representando um acréscimo de R\$3.229 milhões se comparado ao lucro líquido de R\$1.537 milhões apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

DEMONSTRAÇÕES DE FLUXO DE CAIXA

Comparação de demonstrações de fluxo de caixa nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em R\$ milhões)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	6.247	1.263
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de investimentos	445	(2.011)
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamentos	(4.117)	1.240
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	2.521	520

Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais foi de R\$6.247 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 que, quando comparado ao caixa líquido gerado de R\$1.263 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 representou um aumento de R\$4.984 milhões. Os diretores da Companhia entendem que esse aumento do fluxo de caixa operacional é atribuível, principalmente, pelo maior lucro líquido ajustado (R\$1.606 milhões), por maiores recebimentos – contas a receber (R\$2.001 milhões), menores saldos em estoques (R\$1.875 milhões), menores impostos, taxas e contribuições (R\$1.061 milhões) e menor pagamento de imposto de renda e contribuição social (R\$426 milhões), parcialmente compensados pelo maior desembolso para aquisição de crédito de descarbonização – CBIOS (R\$635 milhões) e pagamentos a fornecedores (R\$1.697 milhões).

Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos

O caixa líquido gerado nas atividades de investimentos foi de R\$445 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, um aumento de R\$2.456 milhões se comparado ao caixa líquido utilizado de R\$2.011 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Os diretores da Companhia entendem que esse aumento na geração nas atividades de investimentos ocorreu, principalmente, em função de menores desembolsos por aquisições/aportes de participações societárias no montante de R\$1.665 milhões e de maiores recebimentos pela venda de ativos no montante de R\$960 milhões.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamentos

O caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos foi de R\$4.117 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, representando um aumento de R\$5.357 milhões quando comparado ao caixa líquido gerado de R\$1.240 milhões verificado no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022. Os diretores da Companhia entendem que essa redução nas atividades de financiamentos ocorreu, em função, principalmente, dos seguintes eventos: (i) menor captação no montante de R\$2.906 milhões; e (ii) maior amortização de principal e juros de financiamentos no montante de R\$2.511 milhões.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2 - Resultado operacional e financeiro

- (a) resultados das operações da Companhia
- (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Nossas operações estão organizadas nos seguintes segmentos operacionais: (i) “Rede de Postos”; e (ii) “B2B”, conforme abaixo detalhado:

- (i) **Rede de Postos.** O segmento operacional “Rede de Postos” é responsável por distribuir combustíveis automotivos, como diesel, gasolina, etanol, Gás Natural Veicular (GNV) e lubrificantes para postos revendedores; e
- (ii) **B2B.** O segmento operacional “B2B” é direcionado aos clientes do mercado consumidor e responsável pela distribuição de combustíveis e lubrificantes para os mais diferentes setores e indústrias da economia, dos quais se destacam: siderurgia, mineração, papel e celulose, cimento, transporte, termelétricas, agronegócio, distribuição de produtos químicos, aviação comercial, executiva e militar, comercialização de coque verde de petróleo, prestação de serviços relacionados à eficiência energética e transportador revendedor retalhista de combustível.

Ademais, a Companhia incorre em custos relacionados a funções corporativas e que não são específicas a qualquer um dos segmentos operacionais da Companhia. Estas compreendem, de forma não exaustiva, custos da Contabilidade, Planejamento, Ouvidoria, Secretaria Geral e Auditoria.

A tabela abaixo mostra a receita de vendas e volume vendido de cada um dos principais produtos comercializados pela Companhia, bem como as respectivas variações entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022:

Produtos	Receita de vendas de produtos e serviços prestados R\$ milhões		Variação		Volume mil m³		Variação	
	dez/23	dez/22	R\$	%	dez/23	dez/22	Mil m³	%
Diesel	82.518	95.035	(12.517)	(13,2)	16.773	17.843	(1.070)	(6,0)
Gasolinas	47.027	45.063	1.964	4,4	10.686	10.849	(163)	(1,5)
JET – A1 (querosene de aviação)	17.402	21.450	(4.048)	(18,9)	3.891	4.107	(216)	(5,3)
Óleo Combustível	5.163	6.109	(946)	(15,5)	1.617	1.623	(6)	(0,4)
Etanol	7.854	8.915	(1.061)	(11,9)	2.891	2.810	81	2,9
Lubrificantes	2.777	2.923	(146)	(5,0)	261	257	4	1,6
Gás Natural e GNV	450	654	(204)	(31,2)	155	206	(51)	(24,8)
Coque	549	858	(309)	(36,0)	315	506	(191)	(37,7)
Outros	1.694	2.479	(785)	(31,7)	343	352	(9)	(2,6)
Energia	22	19	3	15,8	-	-	-	N/A
Prestação de Serviços	94	62	32	51,6	-	-	-	N/A

2.2 Resultados operacional e financeiro

Juros embutidos no preço dos produtos	(869)	(477)	(392)	82,2	-	-	-	N/A
Bonificações antecipadas concedidas a clientes	(717)	(651)	(66)	10,1	-	-	-	N/A
Bonificações por desempenho, prêmios e descontos	(1.017)	(993)	(24)	2,4	-	-	-	N/A
Total	162.947	181.446	(18.499)	(10,2)	36.932	38.553	(1.621)	(4,2)

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

(Em milhões de R\$, exceto os índices)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Receita de vendas	162.947	181.446
Lucro Bruto	8.361	7.489
Lucro Líquido	4.766	1.537
EBITDA	8.097	4.514
EBITDA Ajustado	8.850	5.263
Margem EBITDA Ajustado	5,4%	2,9%

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a receita de vendas da Companhia foi de R\$162.947 milhões, uma redução de 10,2% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, que apresentou receita de vendas de R\$181.446 milhões. A Diretoria da Companhia ressalta que esta variação decorre, principalmente, da redução de 6,1% nos preços médios de comercialização, essencialmente devido aos menores preços dos produtos ao longo de 2023, além da redução de 4,2% no volume comercializado, com destaque para as variações no diesel (-6,0%), combustíveis de aviação (-5,2%), coque (-37,8%) e combustíveis ciclo Otto (-1,0%). O foco em nossa rede de postos e clientes B2B contratados contribui para os menores volumes de vendas de diesel e ciclo Otto, enquanto as menores vendas de Coque estão relacionadas ao encerramento de contratos com a Petrobras e a redução de combustíveis de aviação à menor participação no volume de uma das grandes Companhias Aéreas nacionais.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, o Lucro Líquido da Companhia foi de R\$4.766 milhões, representando um aumento de 210% em relação aos R\$1.537 milhões alcançados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. A Diretoria da Companhia ressalta que este aumento é decorrente, principalmente, das variações positivas de R\$872 milhões em Lucro Bruto, R\$947 milhões de Resultado Financeiro e R\$2.742MM de Despesas Operacionais. Mais informações a respeito da variação de Lucro Líquido entre os períodos encontram-se no tem 2.1(h) acima.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, o EBITDA Ajustado da Companhia foi de R\$8.850 milhões, representando um aumento de 73% em comparação aos R\$5.511 milhões alcançados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, decorrente, do aumento de R\$937 milhões no Lucro Bruto Ajustado, reflexo da manutenção da liderança nos segmentos, acompanhada de uma evolução positiva da margem média de comercialização, e, principalmente,

2.2 Resultados operacional e financeiro

da redução de R\$2.802 milhões das despesas operacionais ajustadas, essencialmente em razão do crédito de PIS e COFINS oriundo da Lei Complementar nº 192/2022 (R\$2.591 milhões) e pela variação positiva de R\$895 milhões no resultado de *hedge* de commodities encerrados nos períodos, parcialmente compensadas pelas maiores provisões com crédito de descarbonização (R\$196 milhões), referente à meta de descarbonização compulsória determinada pela ANP, e pelo menor resultado com alienação/baixa de ativos : variação negativa de R\$235 milhões em função, principalmente, das menores vendas de imóveis em 2023.

(b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Por ser uma companhia distribuidora de produtos, a receita da Companhia depende principalmente do volume vendido e do custo de aquisição dos produtos junto à Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras (“Petrobras”), às usinas de etanol e a partir de importações. Com relação ao volume vendido, a redução de 4,2% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 ocorreu, principalmente, devido às menores de diesel (-6,0%), combustíveis de aviação (-5,2%), coque (37,8%) e combustíveis ciclo Otto (-1,0%). O foco em nossa rede de postos e clientes B2B contratados contribui para os menores volumes de vendas de diesel e ciclo Otto, enquanto as menores vendas de Coque estão relacionadas ao encerramento de contratos com a Petrobras e a redução de combustíveis de aviação à menor participação no volume de uma das grandes Companhias Aéreas nacionais.

A partir de julho de 2017, a Petrobras iniciou nova política de preços com reajustes frequentes e que tendem a acompanhar os comportamentos dos preços do mercado externo, motivo que interfere no mercado, porém não impede o crescimento das importações de combustíveis pelo mercado brasileiro.

(c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante

De um modo geral, a variação de preço dos principais insumos e produtos da Companhia é repassado aos seus consumidores finais, impactando a receita da Companhia, conforme descrito no item 2.2(b) acima, e o lucro bruto, através do efeito contábil sobre os estoques, que ocorre quando há marcação de preços de mercado com valores diferentes dos estoques formados, levando a ganhos (em caso de aumento de preços de aquisição) ou perdas (em caso de queda de preços de aquisição) contábeis.

A inflação impacta, principalmente, as despesas de vendas, gerais e administrativos da Companhia, já que estas despesas são denominadas em Reais e, neste sentido, são influenciadas pelo nível geral de preços da economia brasileira, conforme tabela abaixo do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE):

Variação %	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2023	2022
IPCA	4,62%	5,79%

O câmbio influencia indiretamente o preço de aquisição dos produtos, conforme preços praticados pela Petrobras informados no item 2.2(b) já refletidos nos custos.

Por fim, as taxas de juros são relevantes em razão de impactarem as despesas financeiras relacionadas ao endividamento da Companhia, conforme análise de sensibilidade indicada no item 4.3 do Formulário de Referência, sob o título “Risco de Taxa de Juros”.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3 - Mudanças nas práticas contábeis / Opiniões modificadas e ênfases

(a) mudanças significativas nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não aplicável, tendo em vista que não houve mudanças significativas nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos itens 2.1 e 2.2 em relação aos três últimos exercícios sociais.

(b) opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Os diretores da Companhia informam que os relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não contêm ressalvas ou ênfases.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4 – Efeitos relevantes nas demonstrações financeiras

(a) introdução ou alienação de segmento operacional

A Diretoria Executiva da Companhia decidiu, a partir do 1º trimestre de 2023, avaliar o desempenho dos negócios, a alocação de recursos, os resultados financeiros, as previsões e planos para os segmentos operacionais que se seguem: (i) Rede de Postos; e (ii) B2B. Doravante somente estes dois segmentos terão seus resultados regularmente revistos e acompanhados pelo principal gestor das operações, com seu desempenho individual avaliado periodicamente pela Diretoria Executiva, pelo Conselho de Administração e pelos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração. Com isto, e para fins de comparabilidade, fez-se necessário a reapresentação dessas informações por segmentos para o exercício de 2022.

(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

As informações relevantes sobre constituição, aquisição ou alienação de participação societária envolvendo a Companhia e sociedades de seu grupo econômico já foram disponibilizadas no Formulário de Referência da Companhia, dentre as quais a Companhia destaca as seguintes:

Combinação de negócios (VBBR Conveniência S.A.) e desfazimento da Vem Conveniência S.A (Joint Venture com Americanas S.A.)

Em 23 de janeiro de 2023, em função dos acontecimentos envolvendo a Americanas, que poderiam constituir alterações em premissas basilares que conduziram à celebração da parceria, com potenciais impactos à Vem Conveniência, a Companhia, por determinação do seu Conselho de Administração, notificou a Americanas para o imediato encerramento da parceria na Vem Conveniência, tendo iniciado os trâmites e procedimentos necessários para seu desfazimento.

Em 23 de agosto de 2023, foi assinado Termo de Encerramento de Parceria, formalizando a saída da Companhia do quadro societário da Vem Conveniência. O fechamento previsto no Termo de Encerramento teve aprovação da autoridade judicial competente em 30 de outubro de 2023, dando sequência ao processo de desfazimento.

Assim, em 30 de novembro de 2023, houve a Assembleia Geral Extraordinária para deliberar, entre outros assuntos, a cisão parcial desproporcional da Vem Conveniência, seguida da incorporação do acervo cindido por nova sociedade, conforme indicado no laudo de avaliação, e nos termos e condições do protocolo e justificação. Para o devido fim, foi, portanto, constituída a empresa VBBR Conveniência S.A.

A seguir apresentamos os montantes envolvidos na obtenção de controle da VBBR Conveniência S.A.:

(Em R\$ milhões)	
(a) Pagamento à Americanas	192
(b) Remensuração da participação anterior	415
(c) Ganho decorrente de relação contratual preexistente (contrato de balcão)	31
Total do valor de aquisição da VBBR Conveniência (100% da Vibra)	638
Valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos	(646)
Ganho em compra vantajosa	(8)

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

Alienação ES GÁS

Em 31 de março de 2023 foi realizado o leilão para alienação da totalidade das ações da ES GÁS, da qual a Vibra é acionista com 49% das ações ordinárias e 60,02% do capital social total.

Em 03 de julho de 2023, após o cumprimento de todas as condições precedentes, incluindo a aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, a Companhia concluiu a venda de sua participação na ES Gás para a Energisa S.A., pelo montante de R\$863 milhões, correspondente à sua participação de 60,02% no capital social total da ES Gás.

Vibra Ventures Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior

Constituído em 16 de dezembro de 2022, tem o objetivo preponderante de buscar a valorização das cotas no longo prazo, por meio da aquisição de ações, debêntures, títulos representativos de participação em sociedades limitadas, ativos emitidos ou negociados no exterior, cotas de outros fundos de investimentos, entre outros títulos e valores mobiliários de emissão de empresas atuantes no setor de tecnologia. A primeira integralização de cotas ocorreu em 23 de dezembro de 2022, tendo o Fundo um prazo de duração de 10 anos, contados a partir dessa data. O Fundo é administrado pela Citreus Serviços Fiduciários Ltda., com sede na cidade de Barueri, São Paulo. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia havia integralizado R\$300 mil (trezentos mil reais) em cotas do fundo.

Aquisição de 50% da Joint Venture ZEG Biogás e Energia S.A. (“ZEG Biogás”)

Em 14 de setembro de 2022 a Companhia adquiriu 50% de participação na ZEG Biogás e Energia S.A. por meio de um aporte primário de R\$31 milhões, no fechamento da operação, e uma parcela secundária de R\$135 milhões, dando à Companhia a titularidade de 50% do capital da ZEG Biogás. A empresa possui filiais nas cidades de Votorantim e São Paulo, ambas no Estado de São Paulo.

A Companhia assumiu, ainda, o compromisso de aportar até R\$412 milhões no negócio ao longo dos próximos anos para execução de novos projetos de biogás/biometano, dos quais R\$206 milhões seriam referentes à participação de 50% da Companhia e os outros R\$206 milhões seriam aportados em nome dos demais sócios. Estes aportes serão condicionados à efetiva implantação dos projetos de expansão e observância de condições mínimas de atratividade estabelecidas em contrato para cada projeto.

A Companhia negociou ainda Opções de Compras futuras, a valor de mercado, pelas quais poderá, na primeira Opção, ser titular de 70% das ações representativas do capital social da ZEG Biogás e, na segunda, ser titular da integralidade das ações da ZEG Biogás. A eventual aquisição do controle da ZEG Biogás, em decorrência do possível exercício dessas Opções, estará sujeita às devidas aprovações necessárias, como de autoridades governamentais, nos termos da regulação vigente, inclusive aprovação em Assembleia Geral da Companhia, caso necessário.

Aquisição de 48,7% da Comerc Participações S.A. (“Comerc”)

Em 18 de março de 2022, foi aprovada, em sede de assembleia geral da Comerc, a conversão da totalidade das debêntures em novas ações ordinárias da Comerc, representativas de 30% de seu capital social.

Na mesma assembleia geral, foi aprovada também a contribuição, ao capital social da Comerc, da totalidade das ações de emissão da Vibra Comercializadora de Energia S.A., em razão da qual a Companhia subscreveu novas ações ordinárias da Comerc, e todas as ações de emissão da Vibra Comercializadora de Energia S.A. passaram a ser integralmente detidas pela Comerc.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

Em decorrência da conversão das debêntures e da contribuição das ações da Vibra Comercializadora S.A., a Companhia passou a ser titular de uma quantidade de ações representativas de 31,73% do capital social da Comerc. Nesta mesma data, se tornaram eficazes os acordos de acionistas da Comerc celebrados pela Companhia em 25 de fevereiro de 2022.

A transação também contempla a aquisição das ações de emissão da Comerc que são objeto da opção de compra que lhe foi outorgada pelos acionistas originais da Comerc. A Companhia se torna assim titular de ações representativas de 48,7% do capital social da Comerc e, em conjunto com os sócios fundadores da Vibra Comercializadora de Energia S.A., forma um bloco de acionistas titular de 50% do capital social da Comerc.

A depender do atingimento de determinadas métricas de desempenho de longo prazo e da implantação de capacidades adicionais às previstas em seu plano de negócios, os sócios poderão fazer jus, futuramente, a uma parcela complementar a título de *earn-out*.

Por meio de outorga de opções de compra e venda de ações a Companhia poderá, a partir de 2026, vir a adquirir até a totalidade das ações de emissão da Comerc.

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de agosto de 2022, foi aprovada a aquisição, pela Companhia, do controle acionário da Comerc, em decorrência de um eventual exercício futuro de opção de compra de titularidade da Companhia ou de opção de venda de ações de titularidade dos atuais acionistas da Comerc, pelo preço por ação calculado nos termos do Acordo de Acionistas da Comerc, celebrado em 25 de fevereiro de 2022 e a consequente autorização para os administradores da Companhia praticarem todos os atos necessários à efetivação da aquisição do controle acionário da Comerc, incluindo eventual celebração de contrato de compra e venda de ações com os acionistas da Comerc em razão do exercício de opção de compra ou de venda.

A autorização para aquisição de controle da Comerc está limitada ao montante máximo de R\$3.402 milhões, acrescido de correção, desde 25 de fevereiro de 2022, pela variação do IPCA + 8% de juros ao ano ("**Preço Máximo**"). Caso o preço das opções de compra supere o Preço Máximo, a Assembleia Geral da Companhia poderá ser novamente convocada.

A Comerc é uma holding de empresas que atuam na comercialização, gestão de energia para consumidores livres, geradores e pequenas distribuidoras, soluções de eficiência energética, baterias e plataformas de informação e tecnologia, sendo uma das principais comercializadoras de energia do Brasil.

A associação entre a Companhia e a Comerc está alinhada ao planejamento estratégico da Companhia pois permite agregar competências complementares em uma plataforma integrada de energia.

A aquisição dos 48,7% totalizou R\$3.948 milhões.

Criação da Joint Venture Evoluta

Em 5 de maio de 2022, após o cumprimento das condições precedentes determinadas no Acordo de Parceria e outras avenças, celebrado em 27 de agosto de 2021 com a COPERSUCAR, entre elas, a aprovação sem restrições do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, ocorrida em 11 de abril de 2022, a Companhia realizou o fechamento societário da operação da constituição da *joint venture* (JV) com a aquisição de 49,99% da Empresa Comercializadora de Etanol, denominada ECE S.A. ("**ECE**"), de propriedade da COPERSUCAR.

A ECE foi constituída pela COPERSUCAR com capital social de R\$10 milhões, dos quais a Companhia adquiriu 49,99%, mantendo a Copersucar S.A. participação de 50,01%. Desta parceria

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

surge a marca “Evolua”. Após essa etapa foi efetuado aporte de mais R\$440 milhões, na proporção das respectivas participações dos acionistas.

A ECE adotará o modelo “*asset light*”, sem o aporte de ativos imobilizados de seus sócios e terá estrutura de governança própria.

A participação societária na “Evolua” representa um empreendimento controlado em conjunto e, portanto, é avaliada pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

Joint Venture com Americanas S.A.

Em 1º de fevereiro de 2022 a Companhia concluiu a operação relacionada à formação de parceria com a Americanas S.A. para exploração do negócio de lojas de pequeno varejo, dentro e fora de postos de combustíveis, através das redes de lojas: “Local” e “BR Mania” (“**Parceria**”). A efetivação da Parceria se deu após o cumprimento das condições precedentes, habituais em operações de natureza similar, incluindo a aprovação prévia pela autoridade antitruste, Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“**CADE**”), em 30 de dezembro de 2021, sendo esta decisão considerada final.

A Parceria foi consumada através da constituição da sociedade Vem Conveniência S.A. (“**Vem**”), cujo capital é detido pela Americanas e pela Companhia, ambas com participações de 50%. A Vem terá uma estrutura de gestão e governança corporativa própria.

O negócio BR Mania aportado na Vem foi avaliado em R\$447 milhões, sendo reconhecido na operação de constituição da *Joint Venture* um ganho de R\$437 milhões, registrado em “outras receitas (despesas) operacionais”, conforme nota explicativa nº 25.4, na linha “Resultado com alienação/baixa – participações societárias”.

Adicionalmente, em 31 de março de 2022, em virtude de metas de performance alcançadas pela Companhia, foram aprovadas e emitidas ações (Bônus de Subscrição) da Vem em favor da Companhia. Neste mesmo dia, a Companhia assinou um termo de Compra e Venda de Ações com a Americanas, que adquiriu sob condição resolutiva, 50% das suas ações. A alienação dessas ações acarretou uma receita para a Companhia de R\$51 milhões e uma baixa de investimento no montante de R\$41 milhões, ambos registrados em “outras receitas (despesas) operacionais”, conforme nota explicativa 25.4, na linha “Resultado com alienação/baixa - participações societárias” das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

(c) eventos ou operações não usuais

A Companhia esclarece que, na data de apresentação deste Formulário de Referência, não tem conhecimento de eventos ou operações não usuais que tenham causado no último exercício social ou que venham a causar efeitos relevantes em suas demonstrações financeiras.

2.5 Medições não contábeis

2.5 - Medições não contábeis

(a) valor das medições não contábeis

A Companhia apresenta as seguintes medições não contábeis:

(Reais milhões)	Exercício social findo em 31 de dezembro de	
	2023	2022
EBITDA	8.097	4.514
EBITDA Ajustado	8.850	5.111
Margem EBITDA Ajustado	5,4	2,8
Dívida Bruta	16.162	17.874
Dívida Financeira Líquida	9.496	13.729
Dívida Financeira Líquida/EBITDA Ajustado	1,07	2,69

(b) conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

(Reais milhões)	Exercício social findo em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Lucro líquido	4.766	1.537
(+) Resultado Financeiro Líquido	1.084	2.031
(+) Depreciação/Amortização	554	553
(+) IR/CSLL	1.693	393
EBITDA	8.097	4.514
(+) Apropriação das bonificações antecipadas concedidas a clientes	717	651
(+) Perdas de crédito esperadas – sistema isolado e interligado de energia	2	(8)
(+) Perdas e provisões com processos judiciais	283	181
(+) Anistias fiscais	7	13
(+) Encargos tributários sobre receitas financeiras	42	36
(+) Operações de <i>hedge</i> de commodities em andamento	(118)	89
(+) Resultado Líquido com alienação de participação societária	(564)	-
(+) Resultado do processo de constituição da Vem Conveniência – <i>joint venture</i> com Americanas	-	(447)
(+) Resultado do aporte da Vibra Comercializadora de Energia na Comerc Participações S.A.	-	(58)
(+) Remensuração Passivo Atuarial/Dívida Assumida - Migração Flexprev	-	136
(+) Resultado de Participações em Investimento	36	4
(+) Resultado de aquisição de controle de Participação Societária	(12)	-
(+) Provisão para acordos extrajudiciais	360	-

2.5 Medições não contábeis

EBITDA Ajustado	8.850	5.111
Receita de vendas de produtos e serviços prestados	162.947	181.446
Margem EBITDA Ajustado	5,4%	2,8%

(Reais milhões)	Exercício social findo em 31 de dezembro de	
	2023	2022
EBITDA Ajustado	8.850	5.111
Ajuste ao lucro líquido para apurar o fluxo de caixa das atividades operacionais	(1.738)	395
Contas a receber	1.136	(865)
Estoques	797	(1.078)
Bonificações antecipadas concedidas a clientes	(579)	(644)
Despesas antecipadas	(116)	(50)
Depósitos Judiciais	(46)	(68)
Fornecedores	(530)	1.167
Imposto de renda e contribuição social pagos	(52)	(478)
Impostos, taxas e contribuições	516	(545)
Planos de pensão e de saúde	(297)	(331)
Pagamento de Prêmios e Incentivo de Curto Prazo	(98)	(79)
Pagamentos de processos judiciais e administrativos	(46)	(218)
Adiantamentos de Clientes	(40)	(67)
Aquisição de créditos de Descarbonização (CBIOS)	(1.459)	(824)
Adiantamento a Fornecedores	(96)	(136)
Pagamento para acordos extrajudiciais	(160)	-
Outros ativos e passivos	205	(27)
Fluxo de Caixa Operacional	6.247	1.263

Apropriação das bonificações antecipadas concedidas a clientes. As bonificações antecipadas concedidas aos revendedores dos postos de serviço para os quais a Companhia distribui combustíveis e lubrificantes correspondem à parcela disponibilizada, principalmente, em espécie e realizada sob condições pré-estabelecidas com tais partes, que uma vez cumpridas, tornam-se inexigíveis, sendo absorvidas como despesa pela Companhia. Trata-se de um regime de metas que, uma vez atingidas, isenta os recipientes, revendedores dos postos de serviço, da devolução à Companhia desses valores antecipados a título de bonificação. São classificadas originalmente como bonificações antecipadas concedidas a clientes no ativo e reconhecidas no resultado proporcionalmente aos seus prazos de vigência.

Perdas de crédito esperadas – sistema isolado e interligado de energia. Os valores ajustados referem-se às provisões relativas aos recebíveis devidos à Companhia pelas empresas térmicas do sistema isolado e interligado de energia, segmento atendido substancialmente pela Companhia.

2.5 Medições não contábeis

Perdas e provisões com processos judiciais. Os valores ajustados se referem às perdas incorridas em processos transitados em julgado, bem como as provisões efetuadas com base nos pareceres obtidos junto aos advogados responsáveis pelo acompanhamento dos processos judiciais ou pela própria área jurídica da Companhia.

Acordos extrajudiciais. Os ajustes referem-se aos valores que impactaram o resultado da Companhia referente a acordos extrajudiciais que encerram os litígios envolvidos entre as partes.

Anistias fiscais. Trata-se das provisões para pagamentos referente a adesão aos programas de anistia instituídos por Leis Estaduais e do Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) da União sobre passivos tributários de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e de tributos federais junto aos estados e à União, respectivamente.

Encargos tributários sobre receitas financeiras. Os ajustes são referentes aos gastos com IOF, PASEP e COFINS incidentes sobre as receitas financeiras e que estão classificados em despesas tributárias.

Operações de *hedge* de commodities em andamento. Trata-se do resultado das operações em andamento, líquidas das operações encerradas, que em essência observam um modelo de negócios voltado à proteção das margens operacionais, sem qualquer caráter especulativo, caracterizando assim um *hedge* econômico que visa reduzir os riscos atribuídos a volatilidade nos preços das commodities (proteção econômica da exposição), sem considerar eventual impacto de descasamento contábil nas demonstrações financeiras.

Resultado líquido com alienação e constituição de participação societária. O ajuste refere-se ao resultado proveniente da alienação e constituição de participação em controladas, negócios em conjunto e/ou coligadas, incluindo o resultado do processo de constituição da Vem Conveniência S.A, do resultado do aporte da Vibra Comercializadora de Energia na Comerc Participações S.A., da alienação da participação na ES Gás e da aquisição do controle na VBBR Conveniência S.A.

Remensuração Passivo Atuarial - Migração Flexprev. Trata-se do resultado proveniente da migração dos participantes dos Planos de Pensão do Sistema Petrobras Repactuados, Não Repactuados e Petros II para o novo plano de Pensão Flexprev, de contribuição definida, sem riscos atuariais para a Companhia.

Resultado de Participações em Investimento. O ajuste é referente ao resultado de equivalência nas participações classificadas como coligadas e/ou empreendimentos controlados em conjunto.

(Reais milhões)	Em 31 de dezembro de	
	2023	2022
(+) Financiamentos	14.770	16.557
(+) Arrendamentos	748	834
(+) Instrumento Financeiro Derivativo (<i>Swap</i>)	644	483
Dívida Bruta	16.162	17.874
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(6.666)	(4.145)
Dívida Financeira Líquida	9.496	13.729

(Reais milhões)	Em 31 de dezembro de	
	2023	2022

2.5 Medições não contábeis

Dívida Financeira Líquida	9.496	13.729
EBITDA LTM Ajustado	8.850	5.111
Dívida Financeira Líquida/EBITDA LTM Ajustado	1,07	2,69

(c) motivo pelo qual tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

EBITDA e EBITDA Ajustado

O EBITDA é uma medição não contábil feita pela Companhia e conciliada com suas demonstrações financeiras. Desde 1º de janeiro de 2013, a Companhia calcula seu EBITDA de acordo com a Resolução da CVM nº 77, de 29 de março de 2022. Tal medição consiste no lucro líquido da Companhia, acrescido do resultado financeiro líquido, do imposto de renda e da contribuição social, e das despesas com depreciação e amortização (“**EBITDA**”).

O EBITDA Ajustado da Companhia é uma medição adotada pela Administração e consiste no lucro líquido da Companhia, acrescido do resultado financeiro líquido, do imposto de renda e da contribuição social, das despesas com depreciação e amortização, da apropriação das bonificações antecipadas, perdas de crédito esperadas do sistema isolado e interligado de energia, perdas e provisões com processos judiciais, gastos com anistias fiscais, encargos tributários sobre receitas financeiras, operações de hedge de commodities em andamento, resultado líquido com alienação e constituição de participação societária, remensuração do passivo atuarial - plano de pensão e saúde, provisão para acordos extrajudiciais e resultado de equivalência das empresas coligadas e/ou empreendimentos controlados em conjunto. A descrição de cada um desses ajustes encontra-se no subitem (b) deste item 2.5.

Os valores mencionados no EBITDA e no EBITDA Ajustado não são medidas reconhecidas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (“**IFRS**”) e não possuem um significado padrão, podendo não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

A Companhia utiliza os indicadores não contábeis EBITDA e o EBITDA Ajustado para medir seu desempenho operacional e liquidez, pois acredita facilitar a comparabilidade da sua estrutura ao longo dos anos, uma vez que corresponde a indicadores financeiros utilizados para avaliar os resultados de uma companhia, sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e financeiros.

A Companhia ressalta que o EBITDA e o EBITDA Ajustado são apenas informações adicionais às suas demonstrações contábeis. Considerando que o EBITDA e o EBITDA Ajustado não são medidas contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas IFRS, estes não devem ser utilizados como (i) base de distribuição de dividendos; (ii) substitutos para o lucro líquido e fluxo de caixa operacional; (iii) indicadores de desempenho operacional, em isolamento de outros indicadores contábeis; ou (iv) indicadores de liquidez, em isolamento de outros indicadores contábeis.

Margem EBITDA Ajustado

Índice calculado por meio da divisão do EBITDA Ajustado pela receita de vendas de produtos e serviços prestados. A Companhia utiliza a Margem EBITDA Ajustado por entender ser um indicador alternativo da margem operacional, sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e financeiros.

2.5 Medições não contábeis

A Companhia ressalta que a Margem EBITDA Ajustado é apenas informação adicional às suas demonstrações contábeis. Considerando que a Margem EBITDA Ajustado não é medida contábil de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas IFRS, esta não deve ser utilizada como (i) base de distribuição de dividendos; (ii) substituta para o lucro líquido e fluxo de caixa operacional; (iii) indicador de desempenho operacional, em isolamento de outros indicadores contábeis; ou (iv) indicador de liquidez, em isolamento de outros indicadores contábeis.

Dívida Financeira Líquida

Definimos Dívida Financeira Líquida como financiamentos circulantes e não circulantes acrescidos da cessão de direitos creditórios circulante e não circulante, arredamentos circulante e não circulante e instrumento financeiro derivativo – *swap* (em conjunto “**Dívida Bruta**”) subtraída do caixa e equivalentes de caixa. A Companhia utiliza a Dívida Financeira Líquida para mensurar o capital necessário para quitar os instrumentos de dívida.

A Companhia ressalta que a Dívida Financeira Líquida é apenas informação adicional às suas demonstrações contábeis. Considerando que a Dívida Financeira Líquida não é medida contábil de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas IFRS, esta não deve ser utilizada como (i) base de distribuição de dividendos; (ii) substituta para o lucro líquido e fluxo de caixa operacional; (iii) indicador de desempenho operacional, em isolamento de outros indicadores contábeis; ou (iv) indicador de liquidez, em isolamento de outros indicadores contábeis.

Dívida Financeira Líquida/EBITDA Ajustado

A Companhia utiliza o índice Dívida Financeira Líquida dividido pelo EBITDA Ajustado como um indicador suplementar para auxiliar a gestão da alavancagem, bem como para ajudar a avaliar a liquidez da Companhia.

Considerando que o índice Dívida Financeira Líquida dividido pelo EBITDA Ajustado não é medida contábil de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas IFRS, este não deve ser utilizado como (i) base de distribuição de dividendos; (ii) substituto para o lucro líquido e fluxo de caixa operacional; (iii) indicador de desempenho operacional, em isolamento de outros indicadores contábeis; ou (iv) indicador de liquidez, em isolamento de outros indicadores contábeis.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6 – Eventos subsequentes às demonstrações financeiras

Eventos subsequentes às demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023

Recuperação judicial do cliente GOL

Em 25 de janeiro de 2024 a GOL ingressou na justiça dos Estados Unidos da América com um pedido similar a uma recuperação judicial, na forma prevista pelo Chapter 11 da Lei de Falências daquele País. A GOL, desde a sua fundação, é cliente da Companhia com histórico de adimplência e tem em vigor contrato de fornecimento de produtos com a Companhia, que prevê penalidades em caso de inadimplência.

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo que a Companhia tinha a receber da GOL era de R\$411 milhões, que foram integralmente recebidos em janeiro de 2024, motivo pelo qual a Companhia entendeu não ser necessário, neste momento, o reconhecimento de perdas esperadas em créditos da GOL, tendo em vista sua liquidação subsequente à data-base destas demonstrações contábeis.

Cumprir destacar que a justiça dos Estados Unidos da América deu provimento ao pedido da GOL para pagamento normal de todas as obrigações contratuais em favor da Companhia, indicada pela GOL como um fornecedor crítico. Além disso, a corte aprovou captação de empréstimo no valor de USD350 milhões para suportar necessidades de caixa da GOL.

A Companhia seguirá monitorando os desenvolvimentos acerca do pedido de recuperação judicial da GOL e reavaliará o cenário a cada data novo fato relevante.

2.7 Destinação de resultados

2.7 – Destinação de resultados

	2023
a. regras sobre retenção de lucros	<p><u>Reserva Legal</u>. Constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, não excedendo a 20% do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").</p> <p><u>Reserva Estatutária</u>: De acordo com o estatuto social da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2023 ("Estatuto Social"), a Companhia com justificativa técnica e aprovação do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal a respeito dos valores e da destinação, de reserva estatutária para garantir investimentos compatíveis com o desenvolvimento dos negócios da Companhia, pode constituir parcela de até 100% do saldo do lucro líquido, após as demais destinações previstas no Estatuto Social, até o limite de 80% do capital social.</p> <p><u>Reserva de Retenção de Lucros</u>. Destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, principalmente nas atividades de distribuição de derivados de petróleo, etanol, infraestrutura de apoio, aportes de capital e financiamento a clientes, em consonância com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.</p>
a.i. valores das retenções de lucros	O lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 teve a seguinte destinação: (i) R\$238.295.215,98, destinados à reserva legal de que trata o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações; (ii) R\$30.885.709,80, destinado à reserva de incentivos fiscais; (iii) R\$1.604.581.530,06, distribuídos aos acionistas em forma de dividendos; e (iv) R\$2.892.141.863,85, retidos com base em orçamento de capital aprovado em Assembleia Geral Ordinária.
a.ii. percentuais em relação aos lucros totais declarados	A destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 contemplou a destinação dos seguintes percentuais em relação ao lucro líquido: (i) 5,0% a serem destinados à reserva legal de que trata o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações; (ii) 0,6% a serem destinados à reserva de incentivos fiscais; (iii) 33,7% a serem distribuídos aos acionistas; e (iv) 60,7% a serem retidos com base em orçamento de capital aprovado em Assembleia Geral Ordinária.
b. regras sobre distribuição de dividendos	O Estatuto Social previa a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações. Os lucros não destinados às reservas previstas no Estatuto Social, deverão ser distribuídos como dividendos, nos termos do artigo 202, parágrafo 6º, da Lei das Sociedades por Ações.
c. periodicidade das distribuições de dividendos	De acordo com o Estatuto Social, a Companhia poderá realizar pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio em períodos inferiores ao do exercício por deliberação do Conselho de Administração, observadas as disposições legais. Os dividendos intermediários e intercalares e os juros sobre capital próprio previstos no Estatuto Social poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório.
d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações e no Estatuto Social da Companhia, não há restrições a distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, exceto com relação a determinados instrumentos financeiros celebrados pela Companhia, os quais estabelecem restrições contratuais pelas quais o pagamento, pela Companhia, de dividendos, juros sobre o capital próprio ou qualquer tipo de participação de resultados acima do

2.7 Destinação de resultados

	2023
	mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, não é permitido caso esteja em mora com as obrigações assumidas nos respectivos instrumentos e respectivos contratos de garantia. Para mais informações sobre as restrições, veja o item 2.1(f) acima.
e. política de destinação de resultados	A Companhia possui uma Política de Distribuição de Dividendos formalmente aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia na data de 16 de setembro de 2022. A referida política se encontra disponível no website da Companhia, conforme endereço abaixo: https://ri.br.com.br/governanca-corporativa/estatuto-codigos-e-politicas/

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)

(i) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Os diretores da Companhia esclarecem que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais entidade mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2023.

(ii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Contratos de take or pay – 31 de dezembro de 2023

A Companhia possui contratos com cláusula de *take or pay* referentes a compra de derivados de petróleo e de prestação de serviços, conforme segue abaixo:

- compra de óleo de xisto, para o período de um ano, que correspondem a um valor total de R\$175 milhões com a Paraná Xisto;
- compra de derivados de petróleo, para o período de um ano, que corresponde a um valor total estimado de R\$229 milhões com a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras (“Petrobras”);
- compra de gás natural veicular para o período de três anos com a Companhia de Gás de Santa Catarina a um valor estimado de R\$47 milhões; e
- serviço de armazenagem, para o período de quinze anos, com SPE, ao valor estimado de R\$77 milhões e para o período de dois anos, com a Ultracargo (ex-Terminal Químico de Aratu), ao valor estimado de R\$70 milhões, com AGEO Terminais, ao valor estimado de R\$73 milhões e com a CBL Terminais ao valor estimado de R\$52 milhões.

Contratos de transporte – 31 de dezembro de 2023

- a Companhia possui compromissos contratuais com a Logum Logística S.A. (“Logum”) referente a transporte dutoviário de etanol, num valor total restante estimado de R\$488 milhões, até março de 2029. O contrato envolve o suprimento das bases de São Paulo e Rio de Janeiro e prevê um volume mínimo a ser movimentado (*take or pay*) por cada trecho.
- a Companhia possui compromissos com a VLI Multimodal S.A. referente a transporte ferroviário, para o período de um ano, ao valor estimado de R\$101 milhões e com Rumo S.A – Sul, ao valor estimado de R\$59 milhões.

(iii) contratos de construção não terminada

Os diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de construção não terminada não evidenciada nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2023.

(iv) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2023.

(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável, tendo em vista que não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9 - Comentários sobre itens não evidenciados

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Os diretores da Companhia comentam que os contratos não evidenciados nas demonstrações financeiras estão relacionados às atividades operacionais da Companhia e seu registro contábil decorrerá da efetiva utilização do bem ou serviço. Tais itens ainda não atendem aos critérios de reconhecimento de passivos, por serem obrigações originadas de contratos ainda não integralmente cumpridos e, em consequência, não há reconhecimento dos ativos ou despesas correspondentes.

A tabela a seguir resume as obrigações *off-balance* em 31 de dezembro de 2023:

Posição em 31 de dezembro de 2023	Pagamentos com vencimento por período				
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Contrato de <i>take or pay</i> – Óleo de Xisto - Paraná Xisto	175	-	-	-	175
Contrato de <i>take or pay</i> – Derivados de Petróleo – Petrobras	229	-	-	-	229
Contrato de <i>take or pay</i> – Compra de Gás Natural – SCGÁS	22	23	2	-	47
Contrato de Armazenagem – SPE	13	13	13	38	77
Contrato de Armazenagem – Ultracargo (ex-Terminal Químico de Aratu)	53	17	-	-	70
Contrato de Armazenagem – AGEO Terminais	52	21	-	-	73
Contrato de Armazenagem – CBL Terminais	36	16	-	-	52
Contrato de Transporte – Logum	94	96	98	200	488
Contrato de Transporte – VLI Multimodal	101	-	-	-	101
Contrato de Transporte – Rumo S.A. - Sul	59	-	-	-	59
Total	834	186	113	238	1.371

(b) natureza e o propósito da operação

Os diretores da Companhia comentam que os contratos com a Petróleo Brasileiro – Petrobras (“**Petrobras**”) e a Companhia de Gás de Santa Catarina (SCGÁS), apresentados no item 2.8 acima, referem-se aos contratos celebrados para aquisição de derivados de petróleo e com a Paraná Xisto, para aquisição de óleo de xisto.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

Adicionalmente, conforme também apresentado no item 2.8 acima, a Companhia mantém compromissos contratuais com a Logum Logística S.A. referentes a transporte dutoviário, com a VLI Multimodal e Rumo S.A - Sul e serviços de armazenagem com a SPE, Ultracargo (ex- Terminal Químico de Aratu), AGEO Terminais e CBL Terminais. Estes contratos têm o propósito de possibilitar à Companhia a continuidade de sua atividade de distribuição e comercialização.

(c) natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

A natureza e os montantes das obrigações assumidas estão descritos no item 2.8 acima. Os direitos gerados a favor da Companhia estão descritos a seguir:

- contratos de *take or pay*: direito à aquisição de produtos, assegurando os níveis desejados de estoques, conforme planejado pela Companhia, bem como serviços de transporte.

2.10 Planos de negócios

2.10 - Plano de negócios

(a) investimentos

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

O *Business Plan* ("BP") 2023-2027, datado de 23 de janeiro de 2023, prevê investimentos de R\$9,1 bilhões até o final de 2027. Deste valor, são R\$2.276 milhões para manutenção da infraestrutura atualmente existente, o que inclui as bases, os depósitos, os *pools* e a estrutura administrativa, além da manutenção e modernização da Fábrica de Lubrificantes, da expansão e da defesa do posicionamento logístico em razão da dinâmica de mercado prevista, bem como em atendimento a demandas legais e ambientais; R\$567 milhões com investimentos em clientes do varejo e do B2B (*business to business* ou corporativo); R\$877 milhões em transformação digital, tecnologia da informação, automação e sistemas; e R\$5.366 milhões em participações societárias e novos negócios. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, foram realizados investimentos de R\$2,3 bilhões, sendo R\$1,7 bilhões em participações societárias e novos negócios e o restante nas categorias de investimentos citadas anteriormente.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

Costumeiramente, existem três possíveis, e principais, fontes de recursos para os investimentos da Companhia: (i) recursos próprios, a partir da geração de caixa das operações; (ii) financiamentos estruturados dos Certificados de Recebível Imobiliário, já emitidos; e (iii) novas oportunidades de captações.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

No BP 2023-2027 foram previstos alguns desinvestimentos em ativos, que foram consolidados numa carteira de desinvestimentos, os quais, em conjunto, totalizam cerca de R\$855 milhões de efeito líquido e R\$2,0 bilhões de efeito caixa, sendo tal carteira composta por diversos ativos passíveis de serem desinvestidos, incluindo, sem limitação, a Companhia de Gás do Espírito Santo – ES Gás, ativos logísticos e mais de 400 ativos imobiliários.

(b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia, neste momento, não possui eventos que possam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

(c) novos produtos e serviços

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

A Companhia não possui pesquisas em andamento.

(ii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui projetos em desenvolvimento.

(iv) montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

2.10 Planos de negócios

(d) oportunidades inseridas no plano de negócios da Companhia relacionadas a questões ASG

Em termos de gestão, relato e transparência, as oportunidades identificadas são o aprimoramento das metas ASG, a divulgação trimestral dos indicadores e metas ASG e a evolução na pontuação de índices e ratings ASG de mercado.

Entendendo que a transição energética é uma realidade global e que o mundo caminha rumo a um cenário com menor dependência de combustíveis fósseis, temos ampliado, ano a ano, o investimento em fontes mais limpas, como biocombustíveis e energia elétrica a partir de fontes renováveis (solar e eólica). Temos a ambição chegar em 2030 com 30% do Ebitda proveniente de novas energias com a consolidação de um portfólio de energias mais limpas.

Em relação a mudança do clima, as oportunidades identificadas são aprimoramento do plano de redução de emissões para cumprimentos das metas de emissões estabelecidas até 2026; construção do plano de compensação das emissões dos escopos 1 e 2, que tratam de emissões relacionadas às operações diretas Companhia (caldeiras, geradores, empilhadeiras, frota de veículos leves) e emissões indiretas de operações da Companhia relacionadas a compra de energia (eletricidade ou vapor), respectivamente, a ser efetivado a partir de 2025; realização de um plano de ação para redução e compensação das emissões indiretas de escopo 3; aprimoramento do inventário de emissões corporativo; realização de estudos de pegada de carbono dos principais produtos comercializados, estudo de riscos climáticos e para construção de planos de adaptação para vulnerabilidade climática.

As oportunidades relacionadas à diversidade que foram identificadas são aprimorar a meta de diversidade e realizar pesquisa de ambiente inclusivo.

As oportunidades identificadas para direitos humanos, relacionamento comunitário e voluntariado são: construção de planos de relacionamento comunitários para unidades operacionais críticas, aprimoramento de sistema de integridade para inclusão de programa de *due diligence* de direitos humanos para fornecedores, aprimoramento do programa de voluntariado corporativo e desenvolvimento de um plano de ação da nossa causa social (combate à exploração sexual de crianças e adolescentes).

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11 - Outros fatores com influência relevante

A Companhia divulga neste item informações sobre despesas com publicidade, patrocínios, parcerias e convênios, bem como os critérios utilizados pela Companhia para alocação de recursos para tais despesas:

Convênios

Em cumprimento à Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000, regulamentada pelo Decreto nº 5.598, de 1º de dezembro de 2005, no ano de 2006 (Lei de Aprendizagem), a Companhia implantou o “Programa Aprendiz BR”. A legislação vigente obriga todas as empresas de médio e grande porte a empregar e matricular em cursos profissionalizantes um número de aprendizes equivalente a, no mínimo 5%, e, no máximo, 15% dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional. Atualmente, a Companhia emprega o número mínimo de 5% de aprendizes.

A contratação de aprendizes na Companhia é realizada por intermédio de Instituições Sem Fins Lucrativos (“ISFL”), através da celebração de convênios. O convênio tem por objetivo o desenvolvimento pessoal e educacional de jovens, com a finalidade de prepará-los para o mercado de trabalho. As ISFLs oferecem assistência aos adolescentes e à educação profissional, devendo estar capacitada para oferecer o curso profissionalizante requerido pelo Programa Aprendiz BR. Além disso, as ISFLs devem estar cadastradas no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e possuir registro nos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente locais.

Atualmente, a Companhia possui cinco convênios ativos e 50 aprendizes contratados. Atualmente existem dois convênios para atender o Rio de Janeiro e três para as demais localidades.

Os gastos com os convênios celebrados, totalizaram R\$1,1 milhão, tanto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, quanto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Publicidade

As ações de publicidade da Companhia são planejadas estrategicamente e taticamente em ciclos anuais, de forma alinhada com os planos de marketing de cada negócio ou produto da Companhia, e em total alinhamento com os elementos definidores do posicionamento das marcas Petrobras e Vibra.

As ações prezam pelo respeito à diversidade étnica, geográfica, de gênero, idade e de pessoas com deficiência, além de combater qualquer forma de discriminação, desrespeito ou situação constrangedora, em observância às leis e ao Código Brasileiro de Autorregulamentação Publicitária, que regulamenta as normas éticas aplicáveis à publicidade e propaganda.

A contratação de agências de publicidade segue os procedimentos de contratação da Companhia e são aprovadas pela autoridade competente de acordo com as normas de contratação vigentes.

A Companhia mensura sua atuação em publicidade através de resultados financeiros e mercadológicos, pesquisas de recall, análise de métricas publicitárias diversas, entre outros.

Os gastos com publicidade totalizaram R\$63,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e R\$ 68,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Patrocínios

Os patrocínios realizados pela Companhia têm como objetivo principal o fortalecimento das marcas de seus produtos e serviços junto a seus públicos estratégicos. Além da exposição das marcas, a

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

ferramenta de patrocínio é utilizada para estreitar relacionamento com os referidos públicos, de acordo com o objetivo de negócio de cada segmento na qual a Companhia atua.

Os patrocínios são selecionados mediante de acordo com os objetivos de marketing de cada negócio ou produto, sempre visando uma relação de custo-benefício e retorno de visibilidade, experiência de marca ou geração de leads. Nessa atividade estão incluídos projetos especiais de grande visibilidade para as marcas da companhia, bem como a presença junto a segmentos da economia de interesse das áreas comerciais.

Os gastos com patrocínios totalizaram R\$29,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e R\$32,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Doações

Em 2023, realizamos doação de 10m3 de Diesel S10 e 5m3 de Diesel S500, para o município de Encantado, no Rio Grande do Sul, como apoio à resposta à emergência climática causada por um ciclone extratropical que atingiu a região. O Município de Encantado fica localizado entre Muçum e Roca Sales, duas das cidades mais atingidas. A prefeitura possui uma área de tancagem para o abastecimento de sua frota e a partir dessa área foi realizado o fornecimento do combustível utilizado por parte aos 36 municípios do Vale do Rio Taquari, sob a supervisão da Defesa Civil do Rio Grande do Sul.

Em relação aos investimentos sociais realizados em 2023, apoiamos três projetos na Cidade Nova, bairro onde se localiza a sede da Vibra no Rio de Janeiro: o projeto Circo Social, do Circo Crescer e Viver, que oferece oficinas de arte circense para cerca de 200 crianças, apoiado por meio de incentivo fiscal do Imposto sobre Serviço do Município do Rio de Janeiro (ISS/RJ); e dois projetos realizados pelo Instituto Meta Educação, o Reforço do Futuro e o Papo Reto Teatro, que proporcionaram, respectivamente, reforço escolar para 120 crianças e adolescentes estudantes da rede pública e capacitação em artes cênicas para 40 adolescentes, apoiados com recursos da Lei Rouanet.

em parceria com o Programa Amigo de Valor, destinamos os recursos por meio de Fundos da Infância e da Adolescência (FIA) para 9 projetos socioeducacionais, beneficiando mais de 700 crianças e adolescentes em Santarém, Barcarena e Pacajá (PA), Tancredo Neves (BA), Cruzeiro do Sul (AC), Umarizal (RN), Glória do Goitá, Gravatá e Pombos (PE).

Também apoiamos, através da Lei Rouanet, o projeto Douradinho, de incentivo à leitura, que atingiu 2 mil crianças de escolas públicas em Marabá (PA).

Com isso, realizamos, em 2023, um investimento total de R\$ 2.997.279,78 em projetos de incentivo fiscal. Em 2022, as doações de cestas básicas alcançaram R\$0,5 milhão; e as doações de recursos para o dos Fundos Municipais do Direito da Infância e Adolescência (FIA) alcançaram R\$0,1 milhão.

Em 2023, as doações de recursos para o dos Fundos Municipais do Direito da Infância e Adolescência (FIA) alcançaram R\$2,5 milhões, e a doação de combustível R\$0,2 milhão.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5.1 - Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

(a) política formalizada de gerenciamento de riscos

O Conselho de Administração da Companhia aprovou a Política de Gestão de Riscos Corporativos, que tem por objetivo identificar, avaliar, monitorar e mitigar os riscos aos quais a Companhia está exposta em decorrência de suas operações e atividades, incluindo aqueles identificados no item 4.1 deste Formulário de Referência.

A Política de Gestão de Riscos Corporativos da Companhia é pautada em recomendações metodológicas mundialmente reconhecidas tais como as recomendações do *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO) e a Norma ISO 31000, além de atender às orientações do Guia de Orientação para Gerenciamento de Riscos Corporativos do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa.

A Política de Gestão de Riscos Corporativos da Companhia pode ser acessada: (i) no site da Companhia: <<https://ri.br.com.br/governanca-corporativa/estatuto-codigos-e-politicas/>>; e (ii) no site da Comissão de Valores Mobiliários.

(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

A Política de Gestão de Riscos Corporativos tem por objetivo estabelecer os princípios e diretrizes corporativas que devem nortear a gestão dos riscos empresariais da Companhia, conforme exposto a seguir.

Princípios: (i) a vida deve ser respeitada em toda sua diversidade e os direitos, as obrigações, as instalações, os processos, as informações, a reputação e a imagem da Companhia resguardados contra ameaças decorrentes de ações intencionais ou não; (ii) a gestão de riscos insere-se no compromisso da Companhia de atuar de forma ética e em conformidade com os requisitos legais e regulatórios estabelecidos onde atuar; (iii) a gestão de riscos deve estar alinhada e coerente com o Plano de Negócios e, sobretudo, com os objetivos estratégicos da Companhia; (iv) os riscos devem ser considerados na tomada de decisões e a sua gestão deve ser realizada de maneira integrada permeando todas as áreas da Companhia; e (v) as ações de resposta devem considerar as possíveis consequências cumulativas de longo prazo e de longo alcance dos riscos e devem ser priorizadas de acordo com a agregação ou preservação de valor aos acionistas e para a continuidade dos negócios.

Diretrizes corporativas: (i) fortalecer o gerenciamento de riscos como base do Sistema de Gestão da Integridade da Companhia; (ii) aproveitar as oportunidades e antecipar-se às ameaças que afetam seus objetivos estratégicos, econômico-financeiros, operacionais ou de conformidade; (iii) promover a uniformidade de conceitos e a integração de metodologias utilizadas na identificação, na análise, na avaliação e no tratamento dos riscos como forma de melhorar a confiabilidade das informações e a transparência de todo o processo; (iv) gerenciar, de forma proativa e abrangente, os riscos associados aos processos de negócio, de gestão e de suporte de forma a mantê-los em um nível tolerável de exposição; (v) alinhar as ações de gerenciamento de riscos com as ações das unidades organizacionais responsáveis por controles internos e pela auditoria interna da Companhia, nos termos do Modelo das 3 Linhas; (vi) fortalecer a autonomia no processo de gerenciamento dos riscos e a segregação de funções entre os tomadores de riscos e os responsáveis pelo seu monitoramento; (vii) permitir a administradores, investidores e demais públicos de interesse, um fluxo contínuo e transparente de informações associadas aos principais riscos e seu processo de gestão, desde que respeitado o grau de sigilo das informações, políticas e demais normas internas de segurança empresarial; (viii) possibilitar aos empregados e às

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

empresas prestadoras de serviços (através de contratos) a capacitação para o gerenciamento de riscos de forma contínua e adequada às suas atribuições; (ix) aprimorar o monitoramento e a análise crítica do próprio gerenciamento de riscos como parte integrante de um processo contínuo de melhoria da governança corporativa; e (x) monitorar os riscos considerados de impacto Muito Alto, cuja materialização possa ocasionar a interrupção significativa do negócio, independentemente da probabilidade.

(i) riscos para os quais se busca proteção

A Companhia considera os riscos em suas decisões e entende que a gestão deve ser realizada de maneira integrada e que as respostas aos riscos devem atentar para as possíveis consequências cumulativas de longo prazo e alcance.

Após serem identificados, os riscos são avaliados quanto a sua probabilidade de ocorrência (raríssimo, raro, eventual, frequente e muito frequente) e seu impacto (muito baixo, baixo, médio, alto e muito alto). A análise do impacto considera 4 dimensões: Financeira, Imagem e Reputação, Legal e Conformidade e Ambiental e Vida. A combinação entre probabilidade e impacto permite a classificação do risco de acordo com a severidade calculada, de forma a possibilitar a atuação nos casos mais críticos.

Os riscos aos quais a Companhia está exposta são agrupados em cinco categorias distintas: Negócios, Digital, Financeiro, ESG e Conformidade. Cada uma dessas cinco categorias se desdobram em riscos empresariais que, por sua vez, se dividem em riscos básicos e fatores de riscos. Os riscos empresariais representam os riscos a nível estratégico da empresa e possuem apetite a risco definido com base em uma escala qualitativa de 5 níveis: "avesso", "conservador", "moderado", "propenso" e "arrojado". Segue o detalhamento de cada categoria e seus respectivos riscos empresariais:

- **Negócio** – Riscos relacionados a fatores inerentes às atividades operacionais da empresa e aos segmentos e mercados em que atua. Essa categoria engloba os riscos empresariais: Novos Negócios, Rentabilidade com Clientes, Mercado B2B, Trading, Suprimentos, Mercado de Aviação, Marcas e Marketing, Logístico, Mercado Rede de Postos e Franquias.
- **Digital** – Riscos relacionados ao ambiente digital e de tecnologia da informação de processos, infraestrutura e sistemas de TI. Essa categoria engloba os riscos empresariais:
 - Segurança Cibernética e Sistemas.
- **Financeiro** – Riscos relacionados à natureza financeira, indicadores de mercado, demonstrações financeiras e índices macroeconômicos. Essa categoria engloba os riscos empresariais: Contencioso, Tributário, Riscos Financeiros, Contratação de Bens e Serviços e Divulgação de Informações.
- **ESG** – Riscos relacionados à gestão de pessoas e às questões de Saúde, Sustentabilidade, Segurança e Meio Ambiente. Essa categoria engloba os riscos empresariais: Governança Corporativa, Gente, Social, Acidente, Ambiental e Clima, Qualidade de Produtos e Continuidade Empresarial.
- **Conformidade** – Riscos relacionados ao cumprimento de leis, regulamentos, padrões de ética e transparência. Essa categoria engloba os riscos empresariais: Integridade e Regulatório.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

(ii) instrumentos utilizados para proteção

A gestão de riscos da Companhia está alinhada com o seu Plano de Negócios. Após serem identificados, os riscos são classificados quanto a sua frequência e criticidade. Planos de ação são definidos e realizados com o objetivo de mitigar tais riscos.

Os instrumentos utilizados para a proteção variam de acordo com a natureza dos riscos:

- (a) **Riscos Estratégicos e de Negócios.** Pela própria peculiaridade do mercado em que atua, a Companhia está exposta a uma série de riscos estratégicos e de negócios, gerenciáveis

e não gerenciáveis, tais como os riscos associados à oscilação de preços de seus produtos no mercado nacional, alterações nos padrões de consumo da sociedade, atuação de concorrentes, desempenho de fornecedores, mudanças regulatórias ou tributárias, condições macroeconômicas e da indústria, entre outros. A gestão destes riscos, por sua vez, ocorre a partir de um processo de planejamento e de gestão de carteira que preza pela economicidade na seleção dos projetos, pela diversificação das linhas de negócios e pelo estrito cumprimento de metas, as quais são periodicamente acompanhadas nos mais diversos níveis hierárquicos. Além disto, a Companhia continuamente monitora a evolução do cenário externo e a atuação em seus diversos públicos de interesse.

- (b) **Riscos Financeiros.** A Companhia gerencia ativamente seus riscos financeiros considerando seus diversos fluxos operacionais, as aplicações das disponibilidades financeiras, condições de endividamento e demais posições em ativos, passivos, desembolsos e recebimentos.

(b.1) **Riscos Financeiros de Mercado.** Os riscos de preços de *commodities*, moedas e juros são gerenciados conforme informações apresentadas no item 5.2 deste Formulário de Referência.

(b.2) **Demais Riscos Financeiros.** Além dos riscos de mercado a Companhia também gerencia os riscos financeiros de crédito e de liquidez:

Risco de Crédito. O padrão de gerenciamento de risco de crédito tem como objetivo o estabelecimento de uma metodologia para gerenciar riscos deste tipo que possam comprometer a saúde e a viabilidade econômico-financeira da Companhia. Este padrão descreve a identificação do risco de cada cliente individualmente com base em seu histórico de relacionamento com a Companhia, suas restrições financeiras como também de sócios e garantidores, a qualidade das garantias oferecidas, a real necessidade do crédito demandado, a sazonalidade do ramo de atuação do cliente e avaliação total do grupo econômico a que ele pertencer. Também são considerados riscos maiores abrangendo segmentos ou áreas de atuação de grupos de clientes. O risco de crédito é proveniente das operações de vendas a prazo, concessão de financiamento e parcelamento de débitos da Companhia. Além da própria análise individual na concessão de crédito para fornecimento a prazo, concessões financeiras e parcelamentos, a Companhia mantém acompanhamento dos indicadores de inadimplência, com fixação de metas para as áreas comerciais, e que permitem identificar flutuações atípicas tomando-se medidas de ajustes nas práticas adotadas bem como nos esforços de cobrança. Caso algum limite de crédito seja excedido, é solicitado à área responsável o enquadramento do respectivo limite. Para os clientes, nosso sistema de informação bloqueia o registro de uma venda a prazo, quando o saldo do limite de crédito do cliente for inferior ao valor dessa venda.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Risco de Liquidez. O gerenciamento do risco de liquidez tem como objetivo evitar eventuais descasamentos entre recebimentos e pagamentos que possam prejudicar a capacidade da Companhia de cumprir seus compromissos no tempo e na forma devidos, estabelecendo planos de ação que criem uma equilibrada combinação entre risco, retorno, liquidez e solvência. De acordo com padrão de gerenciamento da liquidez, a previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela área financeira da Companhia. É realizada uma projeção de caixa de longo prazo revisada e reprojeta mensalmente e discutida em fóruns e comitês executivos representativos, a qual serve como parâmetro para definição do plano de ação para gestão do caixa. Havendo indicativo de necessidade de caixa, a área financeira avaliará e adotará ações para mitigação do risco, que consiste em: (i) remanejar obrigações e antecipar direitos; (ii) rever o caixa mínimo necessário; (iii); propor ações na gestão do giro, envolvendo as áreas responsáveis (contas a receber clientes, contas a pagar e política de estoque); e, ainda, (iv) acessar o mercado bancário ou de capitais através da emissão de dívidas para manutenção da liquidez da Companhia.

- (c) **Riscos de Conformidade.** A gestão de riscos insere-se no compromisso da Companhia de atuar de forma ética e em conformidade com os requisitos legais e regulatórios estabelecidos para o exercício de suas atividades. Os riscos de conformidade, em especial os relativos à fraude, corrupção, lavagem de dinheiro, dentre outros, são mitigados por meio de controles internos, treinamentos e da constante divulgação do Código Conduta Ética e outros instrumentos de prevenção. Nesse sentido, as indicações de membros para a alta administração da Companhia, bem como as contratações dos gerentes ligados diretamente aos Diretores da Companhia, são acompanhadas de avaliação de integridade (*Background Check* de Integridade), enquanto a contratação de fornecedores de bens e serviços de determinados segmentos depende do adequado grau de riscos de integridade, obtido a partir de diligências realizadas pela Gerência de Compliance, Controles Internos, Riscos e Ouvidoria (*Due Dilligence* de Integridade de Fornecedores), conforme detalhado no item 5.2 abaixo.
- (d) **Riscos Operacionais.** A Companhia tem como prioridade a segurança e a confiabilidade de seus processos e instalações, de forma a proteger as pessoas e o meio ambiente. Todos os empregados da Companhia, incluindo o presidente e os diretores executivos, devem zelar pela segurança e atingir a meta compartilhada de segurança prevista no sistema de avaliação de desempenho. A Companhia acredita que a vida deve ser respeitada em toda sua diversidade e resguardada contra ameaças decorrentes de ações intencionais ou não. A gestão destes riscos é realizada de forma sistemática por meio da identificação, análise e tratamento. Os programas de auditorias, inspeções e de manutenções nas instalações da Companhia, são aprimorados e implementados periodicamente, adicionalmente a um contínuo esforço de treinamento de sua força de trabalho para o correto cumprimento de requisitos de segurança e meio ambiente, de acordo com as melhores práticas internacionais.

Adicionalmente, no âmbito do gerenciamento do risco de atração e manutenção de pessoal qualificado, conforme descrito no item 4.1 deste Formulário de Referência, a Companhia investe fortemente no seu processo seletivo com intuito de trazer os melhores talentos do mercado e que se identifiquem com a sua cultura. Desta forma, prima pela qualidade do processo, utilizando ferramentas que envolvem recursos tecnológicos, aliados a uma análise técnica criteriosa voltados para o melhor mapeamento e atração de pessoas.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Considerando nossas interações com candidatos(as) durante os processos seletivos, identificamos que a Vibra faz convergir uma reconhecida trajetória de sucesso com o momento de grande transformação da empresa. Assim, percebe-se como valor a solidez que uma grande organização pode oferecer aliada à possibilidade de vivenciar uma grande experiência de aprendizado, por meio da revisão de práticas em um ambiente receptivo à proposição de novas ideias e à construção de novos processos.

O movimento de transição da empresa, em sinergia com todo o processo de mudança de matriz energética, também tem sido citado com frequência como um fator de atratividade. Para além de uma atividade de grande relevância no mercado de distribuição, o novo posicionamento, apontando para energias múltiplas e conveniência, tem reforçado a relevância da empresa no que se refere à sustentabilidade e às melhores práticas de ESG.

Ainda nesse sentido, a percepção da diversidade das equipes também tem se configurado como mais um fator de atração. Considerando desde a comunicação institucional, passando pelas peças de *marketing* até a própria composição das equipes de trabalho, a diversidade nas suas mais variadas dimensões (geracional, gênero, raça, etc.) também tem atraído novos talentos, aspecto que tem sido cada vez mais reforçado.

A Companhia entende que, para além de atrair, oferecer um contexto que favoreça a retenção é um aspecto decisivo, especialmente quando se trata de talentos ou profissionais chave, os quais a empresa não pode perder, sob risco de ter impacto em seu negócio e no atingimento de metas e entregas. Com esse objetivo, a empresa fomenta a capacitação e o desenvolvimento de suas equipes, estimulando o protagonismo, mas também oferecendo soluções educacionais diversas voltadas para os principais desafios do negócio, envolvendo as dimensões técnicas e comportamentais das equipes como um todo e especificamente o desenvolvimento de líderes.

(iii) estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos na Companhia pressupõe um conjunto de atividades contínuas e integradas, apoiadas numa estrutura que abarca, na prática, desde o Conselho de Administração até os empregados prestadores de serviço e demais partes relacionadas.

No que tange à governança do processo de gestão de riscos, a estrutura organizacional da Companhia dispõe dos seguintes órgãos colegiados:

- **Conselho de Administração.** É formado por sete membros titulares e realiza reuniões mensais com pautas de temáticas diversas. Tem como atribuições aprovar o apetite e indicadores de tolerância a risco da Vibra proposto pela Diretoria Executiva, acompanhar de forma sistemática a gestão de riscos, implementando, diretamente ou por intermédio de outros órgãos da Companhia, e aprovar a política e a metodologia da Gestão de Riscos Corporativos, assim como suas revisões. O Regimento Interno do Conselho de Administração e a Política de Gestão de Riscos Corporativos da Companhia não preveem ou atribuem responsabilidades específicas a cada um dos membros do Conselho de Administração no que tange ao gerenciamento de riscos.
- **Comitê de Auditoria Estatutário (“CAE”).** É formado por, no mínimo, três e, no máximo, cinco membros titulares, escolhidos dentre os integrantes do Conselho de Administração da Companhia, podendo um de seus membros ser externo escolhido dentre pessoas de mercado de notória experiência e capacidade técnica, nomeados e destituíveis pelo Conselho de Administração. De acordo com a Política de Gestão de Riscos Corporativos, cabe ao Comitê de Auditoria Estatutário assessorar o Conselho de Administração no estabelecimento de políticas globais relativas à gestão de riscos, assim como quaisquer revisões submetidas à sua aprovação; avaliar e monitorar as exposições de risco da

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Companhia; e, supervisionar a estrutura e as atividades de gerenciamento de riscos pela gestão da organização, em linha com as diretrizes e políticas estabelecidas pelo Conselho de Administração. O Regimento Interno do Comitê de Auditoria Estatutário e a Política de Gestão de Riscos Corporativos da Companhia não preveem ou atribuem responsabilidades específicas a cada um dos membros do Conselho de Administração no que tange ao gerenciamento de riscos.

- **Comitê Financeiro.** É formado por, no mínimo, três, e no máximo, cinco membros, escolhidos dentre os integrantes do Conselho de Administração da Companhia e/ou dentre pessoas de mercado de notória experiência e capacidade técnica, nomeados e destituíveis pelo Conselho de Administração da Companhia. De acordo com a Política de Gestão de Riscos Corporativos, cabe ao Comitê Financeiro assessorar o Conselho de Administração em assuntos estratégicos e financeiros, tais como a análise e a emissão de recomendações sobre os riscos concernentes à gestão financeira e demais diretrizes definidas em seu regimento interno; analisar a Política de Gestão de Riscos Corporativos, assim como quaisquer revisões submetidas à sua apreciação; avaliar, monitorar e emitir recomendações sobre riscos corporativos; monitorar as exposições de risco da Companhia; apreciar a metodologia de gestão de riscos corporativo para aprovação do Conselho de Administração; revisar e monitorar os indicadores de tolerância a riscos propostos pela DE para aprovação do Conselho de Administração; revisar a declaração do apetite a riscos proposta pela DE para aprovação do Conselho de Administração. O Regimento Interno do Comitê Financeiro e a Política de Gestão de Riscos Corporativos da Companhia não preveem ou atribuem responsabilidades específicas a cada um dos membros do Conselho de Administração no que tange ao gerenciamento de riscos.
- **Diretoria Executiva.** É formada pelo Presidente e por até cinco Diretores Vice-Presidentes Executivos, titulares e realiza reuniões semanais com pautas de temáticas diversas. Tem como atribuições, dentre outras, propor ao Conselho de Administração a aprovação do apetite a risco da Vibra Energia, principalmente, mas não limitado, ao momento da definição do plano estratégico (PE) e do Business Plan (BP); propor os indicadores de tolerância aos riscos bem como opinar sobre a necessidade de mudança/revisão.; possibilitar que as medidas necessárias para o alinhamento entre o apetite a risco e as estratégias da Vibra Energia sejam executadas e monitoradas continuamente; monitorar as exposições de risco estratégicos e operacionais; analisar a Política de Gestão de Riscos Corporativos, assim como suas revisões, submetendo-as a apreciação do Comitê de Auditoria Estatutário e aprovação do Conselho de Administração; validar a avaliação dos riscos com os gestores e donos dos riscos; avaliar o impacto e probabilidade de ocorrência dos riscos estratégicos e operacionais propostos pelos donos dos riscos; elaborar proposta da declaração do apetite a risco bem como opinar sobre a necessidade de mudança/revisão. A Política de Gestão de Riscos Corporativos prevê atribuições específicas a cada um dos membros da Diretoria Executiva no que tange ao gerenciamento de riscos.

Dentre as iniciativas de aprimoramento de governança, a Companhia optou por privilegiar a discussão e a deliberação colegiada. As atividades dos órgãos acima são definidas em regimentos internos, que estabelecem a finalidade, composição, atribuições, regras de funcionamento, deveres, responsabilidades e avaliação de desempenho de cada colegiado.

Além disso, a gestão de riscos da Companhia também é composta pelas seguintes estruturas organizacionais:

- **Auditoria Interna.** A Companhia possui uma Auditoria Interna, cujas atividades são reportadas diretamente ao Conselho de Administração ou por meio do Comitê de Auditoria

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Estatutário, e é responsável por promover a avaliação sobre a eficácia dos processos, avaliar as atividades de conformidade, governança e o processo de gerenciamento de riscos, por meio de plano anual de auditoria, recomendando melhorias, bem como o assessoramento ao Conselho de Administração, ao CAE, à Diretoria Executiva e ao Conselho Fiscal, no exercício do controle das atividades da Companhia. Além da Auditoria Interna, a Companhia também conta com a prestação de serviços de auditoria externa, por auditores independentes registrados na Comissão de Valores Mobiliários, os quais são previamente aprovados pelo Conselho de Administração, com restrição de prestação de serviços de consultoria.

- **Coordenação de Riscos e Controles Internos.** Possui, dentre outras, atribuições: (i) Definir metodologia corporativa de gestão de riscos pautada em uma visão integrada e sistêmica que possibilite um ambiente de contínuo monitoramento dos riscos nos mais diversos níveis hierárquicos da empresa; (ii) Estimular a integração e capturar a sinergia das ações de gestão de riscos dentre as diversas unidades organizacionais, assim como dentre os demais processos de negócio, gestão e serviços corporativos; (iii) Disseminar conhecimentos em gerenciamento de riscos; (iv) elaborar, mensurar e reportar os indicadores de tolerância aos riscos, e as suas atualizações; (v) monitorar e reportar periodicamente à Diretoria Executiva, ao Comitê de Auditoria Estatutário, ao Comitê Financeiro e ao Conselho de Administração o efeito dos principais riscos nos resultados integrados da Vibra Energia; (vi) Avaliar a necessidade de tratamento aos riscos em desconformidade com o apetite a riscos. (vii) propor, quando necessário, a responsabilização do dono do risco para eventual descumprimento de planos de ação oriundos das recomendações desta área e da Diretoria Executiva, no tocante a riscos. (viii) monitorar e reportar a aderência ao apetite a riscos; (ix) Revisar as categorias (nível 1) e riscos empresariais (nível 2) a cada dois anos e/ou a qualquer mudança relevante na estrutura da Companhia e/ou revisão do planejamento estratégico. Pública; (x) Elaborar matriz de riscos corporativos, com base nas fontes externas e internas de informação, bem como proceder às atualizações periódicas. (xi) Analisar, validar e comunicar a lista de riscos que afetam os objetivos e direcionadores estratégicos (abordagem *Top down*) e de riscos que afetam os processos (abordagem *Bottom up*).
- **Gestores da Companhia.** Têm como atribuições identificar riscos preventivamente e fazer sua necessária gestão, avaliar a probabilidade de ocorrência e adotar medidas para sua prevenção e minimização, em consonância com essa política, com as diretrizes e com as normas corporativas de gestão de riscos, em articulação com a unidade organizacional responsável pela gestão dos riscos corporativos; fornecer, tempestivamente, à unidade organizacional responsável pela gestão dos riscos corporativos todas as informações necessárias para a avaliação integrada dos riscos, o monitoramento e o reporte a Diretoria Executiva, ao Comitê de Auditoria Estatutário, ao Comitê Financeiro e ao Conselho de Administração; identificar e contribuir com a elaboração dos indicadores de tolerância aos riscos apropriados aos seus processos operacionais; fornecer os dados à unidade organizacional responsável pela gestão dos riscos corporativos para mensuração dos indicadores de tolerância aos riscos. definir o tratamento dos riscos em desconformidade com o apetite a riscos, bem como cumprir os prazos estabelecidos nos planos de ação.

Mais informações sobre a estrutura organizacional e governança da Companhia, incluindo a identificação dos membros de órgãos, comitês e comissões, estão dispostas na seção 7 deste Formulário de Referência.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

O gerenciamento de riscos na Companhia pressupõe um conjunto de atividades contínuas e integradas, apoiadas numa estrutura que abarca, na prática, desde o Conselho de Administração até os empregados prestadores de serviço e demais partes relacionadas.

Os gestores da Companhia, que representam a primeira linha contra os riscos, têm como atribuições identificar, qualificar e gerenciar os riscos, assegurando a execução das ações de resposta sob sua responsabilidade, inclusive de controles internos, e comunicar, tempestivamente, aos outros gestores os riscos que afetam suas respectivas atividades. A cada um dos gestores, com o apoio da Gerência de Compliance, Controles Internos, Riscos e Ouvidoria, compete desenvolver e aprimorar metodologias em suas áreas de atuação, de forma a potencializar a identificação, tratamento e monitoramento dos riscos específicos.

No que tange à governança do processo de gestão de riscos, a estrutura organizacional da Companhia dispõe dos seguintes órgãos colegiados: Conselho de Administração, Comitê de Auditoria Estatutário, Comitê Financeiro e Diretoria Executiva. As atividades dos órgãos acima são definidas em regimentos internos, que estabelecem a finalidade, composição, atribuições, regras de funcionamento, deveres, responsabilidades e avaliação de desempenho de cada colegiado.

A Companhia também conta com a presença da Auditoria Interna que tem a função de avaliar o processo de Gestão de Riscos Corporativos da Companhia, atuando de forma independente das áreas de gestão de negócios.

Nesse sentido, a estrutura operacional de controles internos desenvolvida na Companhia permite monitorar e avaliar periodicamente os principais riscos relacionados aos seus negócios e os impactos possíveis nas operações ou nas demonstrações financeiras. A Companhia acredita que sua estrutura operacional e de controles internos é adequada para conferir razoável segurança em seus processos e demonstrações financeiras.

Mais informações sobre a estrutura organizacional e governança da Companhia, incluindo a identificação dos membros de órgãos e comitês, estão dispostas na seção 7 deste Formulário de Referência.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2 - Descrição controles internos

(a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A administração da Companhia é responsável pelo estabelecimento e manutenção de controles internos eficazes referentes à preparação e divulgação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, bem como pela avaliação da eficácia dos controles internos em nível de entidade, financeiros e de tecnologia da informação referentes ao processo de preparação e divulgação das referidas demonstrações. Os controles internos da Companhia têm por objetivo fornecer segurança razoável à confiabilidade do processo de preparação e divulgação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

Devido às limitações inerentes aos controles internos aplicados no processo de preparação e divulgação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente de quão bem desenhados e executados, os referidos controles internos podem não prevenir ou detectar declarações inexatas em tempo hábil. Portanto, até mesmo quando esses sistemas são considerados eficazes, eles podem fornecer somente uma segurança razoável em relação à preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Além disso, projeções de qualquer avaliação de eficácia em períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles possam se tornar inadequados devido a mudanças em condições ou ao risco de que o grau de conformidade com as políticas ou procedimentos possa se deteriorar.

A administração, baseada nos critérios estabelecidos no *Internal Control – Integrated Framework* (2013) emitido pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO)*, realiza revisão de sua materialidade e riscos específicos, bem como do mapeamento de processos, principais sistemas de informação e controles. Estes principais controles internos são autoavaliados anualmente pelos gestores da Companhia (*control self-assessment*), revisados quanto à adequação do desenho pela área de Riscos e Controles Internos e testados por nossos auditores internos quanto à sua eficácia.

A administração da Companhia, continuamente, adota medidas para manutenção de um ambiente de controle efetivo e, são realizados aprimoramento em melhores práticas para mitigação de riscos, considerando novos segmentos de atuação da Companhia e otimização de processos já existentes. A Coordenação de Riscos e Controles Internos, assessora os gestores, identificando e avaliando mudanças e riscos que podem afetar o sistema de controles da Companhia. Adicionalmente, a Companhia busca de forma contínua a automatização de controles, minimizando erros de execução e contribuindo para melhoria de eficácia e eficiência das operações da Companhia.

A administração da Companhia avaliou a eficácia dos controles internos sobre os relatórios financeiros da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. Com base nessa avaliação, realizada anualmente, usando a classificação de deficiências de controle interno da norma brasileira NBC TA 265 (Norma Brasileira de Contabilidade 265), a administração da Companhia concluiu que os controles internos sobre relatórios financeiros da Companhia foram efetivos em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

5.2 Descrição dos controles internos

(b) estruturas organizacionais envolvidas

A Companhia dispõe de um Sistema de Gestão de Integridade que integra as áreas de Governança, Riscos e Compliance (GRC) o qual está integrado dentro da Diretoria de Integridade e detém as atribuições de identificar os riscos e implementar as respostas necessárias desenhando os controles para suas mitigações junto às áreas responsáveis de sua aplicabilidade. Tais atribuições e responsabilidades são exercidas por área dedicada subordinada à Diretoria de Integridade.

A Companhia possui também uma Auditoria Interna, cujas atividades são reportadas diretamente ao Conselho de Administração ou por meio do Comitê de Auditoria Estatutário, e é responsável por promover avaliação sobre a eficácia dos processos, avaliar as atividades de conformidade, governança e risco, por meio de plano anual de auditoria, bem como o assessoramento ao Conselho de Administração, ao Comitê de Auditoria Estatutário, à Diretoria Executiva e ao Conselho Fiscal, no exercício do controle das atividades da Companhia. Além da Auditoria Interna, a Companhia também conta com a prestação de serviços de auditoria externa, por auditores independentes registrados na Comissão de Valores Mobiliários, os quais são previamente aprovados pelo Conselho de Administração, com restrição de prestação de serviços de consultoria.

(c) forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

O estabelecimento e a manutenção dos controles internos da Companhia referentes à preparação e divulgação das demonstrações contábeis consolidadas, bem como a avaliação da sua eficácia, é um processo executado pelos gestores, sob responsabilidade do Presidente e do Vice-Presidente Executivo de Finanças, Compras e RI, supervisionado pela Gerente de Compliance, Controles Internos, Riscos e Ouvidoria.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presente no relatório do auditor independente

A auditoria realizada pelos auditores independentes da Companhia tem por objetivo a emissão de uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, mas sem o objetivo de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. De todo modo, ao planejar e realizar a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia, os auditores independentes consideraram os controles internos sobre relatórios financeiros da Companhia para determinar seus procedimentos de auditoria com o objetivo de expressar suas opiniões sobre as demonstrações financeiras da Companhia. As normas brasileiras e internacionais de auditoria exigem que o auditor independente relate quaisquer deficiências significativas identificadas durante o planejamento e desempenho de sua auditoria ao Conselho de Administração da Companhia.

Não foram apontadas ao Conselho de Administração da Companhia quaisquer deficiências significativas nos controles internos da Companhia. Os Diretores Vice-Presidentes Executivos da Companhia avaliaram o relatório circunstanciado preparado pelos auditores independentes e entendem que não há relevância e necessidade de divulgação dos comentários relativos às outras deficiências (isto é, deficiências não significativas) identificadas pelos auditores independentes.

5.2 Descrição dos controles internos

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Conforme citado no item (d) acima, não foram identificadas, pelos auditores independentes, deficiências significativas. Os Diretores Vice-Presidentes Executivos comentam que, ainda assim, foram definidos planos de remediação considerados adequados pela administração, que acompanha sua implementação.

5.3 Programa de integridade

5.3 - Programa de integridade

(a) regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

A Companhia adota uma série de mecanismos de forma a orientar seus administradores e empregados a conduzir negócios e atividades com integridade e em conformidade com a lei. Tais mecanismos estão descritos no item (i) a seguir.

Todas as políticas e demais normas internas da Companhia são objeto de análise crítica com periodicidade máxima de dois anos, sendo as revisões realizadas sempre que necessário.

(i) principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pela Companhia

- **Política de Integridade.** Estabelece os princípios e as diretrizes de integridade; descreve a estrutura que suporta o Programa de Integridade; e institui o Sistema de Gestão da Integridade na Companhia. Adicionalmente, há recomendação de que suas orientações sejam seguidas também pelas subsidiárias integrais e sociedades controladas.
- **Programa de Integridade.** Tem por objetivo determinar as condutas a serem seguidas para prevenir, detectar, apurar e mitigar desvios decorrentes de fraudes ou corrupção, por meio da gestão integrada de ações e controles da estrutura de integridade da Companhia. O documento estabelece as principais atribuições de cada um dos órgãos internos no combate à fraude e à corrupção. Adicionalmente, há recomendação de que suas orientações sejam seguidas também pelas subsidiárias integrais e sociedades controladas.
- **Procedimento de Recebimento e Oferecimento de Presentes, Brindes, Hospitalidades, Contrapartidas de Patrocínio e Amostras.** Tem por objetivo orientar e auxiliar a conduta dos empregados da Companhia quanto ao recebimento ou oferecimento de presentes, brindes, hospitalidade e contrapartida de patrocínio e amostras. O referido normativo é aplicável à Companhia e há recomendação de que suas orientações sejam seguidas também pelas subsidiárias integrais e sociedades controladas.
- **Procedimento de Interações com Agentes Políticos e Partidos Políticos.** Revisado em julho de 2023, estabelece orientações de conduta para a força de trabalho, quando no exercício de suas atribuições, nas interações com agentes políticos e representantes de partidos políticos. Visa garantir a integridade nessas interações e coibir situações de conflito com os interesses da Companhia, bem como o devido registro das interações. O padrão é aplicável à Companhia e há recomendação de que as sociedades investidas também adotem as orientações.
- **Política de Gestão de Riscos Empresariais.** Estabelece os princípios e diretrizes corporativas para a gestão dos riscos empresariais. Para mais informações, vide item 5.1 deste Formulário de Referência.
- **Avaliação e Suporte ao Tratamento dos Riscos de Conformidade Relacionados à Fraude, Corrupção, Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo.** A Companhia possui metodologia para detecção, prevenção e tratamento de situações que possam expor ativos das Companhia a riscos de fraude, corrupção lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo. Além disso, estabelece que o processo de gerenciamento dos riscos relacionados à fraude, corrupção e temas afins deve ser realizado periodicamente,

5.3 Programa de integridade

levando-se em consideração os riscos previamente identificados e descritos na Matriz de Riscos Corporativa, bem como controles implementados para mitigação.

- **Procedimento de Avaliações de Integridade.** Tem como objetivo identificar riscos no relacionamento com contrapartes a partir de informações relacionadas à reputação, idoneidade e às práticas de combate à fraude e corrupção. As avaliações consistem em levantamento sistemático de informações, por meio de consulta a bancos de dados públicos, privados e de informações de diversas áreas de controle no âmbito da Companhia. O processo de *Due Diligence* de Integridade se destina às pessoas jurídicas e considera critérios tais como: porte e segmento de atuação; localização geográfica da empresa e de suas operações; histórico e reputação; interação e vínculos com agentes públicos e políticos; e existência de um programa de integridade. Já o *Background Check* de Integridade se destina a pessoas naturais e tem por objetivo subsidiar a Companhia com informações a respeito de indicados para atuar como membros da Alta Administração (Conselho de Administração, Presidente e Vice-Presidentes), Conselho Fiscal, ocupantes de funções gerenciais nível 2 e colaboradores com atuação em áreas sensíveis.
- **Deteção de desvios de integridade.** As apurações têm por objetivo averiguar indícios de irregularidades praticadas pela força de trabalho contra normas e/ou ao patrimônio da Companhia, além de subsidiar eventual aplicação de medidas disciplinares. A partir da constatação, via Relatório de Apuração, da ocorrência da irregularidade, os gestores responsáveis, em conjunto com a Diretoria de Integridade, elaboram planos de ação para implementação de melhorias em processos organizacionais, suportados por parecer da área jurídica com recomendações de providências a serem adotadas, incluindo a aplicação de medidas disciplinares, medidas judiciais cabíveis, dentre outros. Os resultados das ações de apuração realizadas pela Companhia são reportados periodicamente ao Comitê de Auditoria Estatutário e, quando aplicável, levados ao conhecimento do Ministério Público e demais autoridades competentes. As denúncias podem ser realizadas por qualquer pessoa, de forma identificada ou anônima, por meio de formulário eletrônico ou ligação gratuita com garantia de anonimato e confidencialidade.
- **Norma de Gestão de Consequências.** Aplicável aos empregados, Conselheiros, Presidente, Vice-Presidentes e comitês estatutários da Companhia, seu objetivo é estabelecer medidas disciplinares e sistema de consequências a serem aplicados em casos de inobservância de suas respectivas obrigações perante a Companhia. Nas hipóteses de faltas disciplinares elencadas no normativo, os empregados da Companhia estão sujeitos às seguintes penalidades: (i) advertência escrita; (ii) suspensão (variável de 1 a 29 dias); e (iii) rescisão do Contrato de Trabalho por justa causa, de acordo com a gravidade do caso. Por sua vez, identificado que um membro do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, dos Comitês Estatutários e do Conselho Fiscal incorreu em irregularidades e verificado o embasamento legal justificando a medida, estes estão sujeitos às seguintes consequências: (i) advertência escrita; (ii) supressão temporária de atribuições individuais, por tempo determinado, até a conclusão das averiguações internas, de forma a prevenir eventuais prejuízos à Companhia; e (iii) destituição.
- **Política de Transações com Partes Relacionadas.** Revisada pelo Conselho de Administração em 23 de novembro de 2023, a Política de Transações com Partes Relacionadas tem como objetivo estabelecer os princípios e orientações para a Companhia e seus empregados na celebração de transações com partes relacionadas e em situações nas quais haja potencial conflito de interesses, de forma a assegurar os interesses da Companhia, alinhado à transparência nos processos e às melhores práticas de Governança

5.3 Programa de integridade

Corporativa, tais como: (i) identificação de partes relacionadas; (ii) celebração de transações com partes relacionadas; (iii) decisões envolvendo partes relacionadas ou outros potenciais conflitos de interesses; (iv) transações vedadas; (v) análise prévia de transações com partes relacionadas; e (vi) divulgação de transações. Essa política é aplicável à Companhia e sua abrangência se estende às demais sociedades nas quais a Companhia detenha participação.

- **Agentes de Integridade.** A Companhia conta com empregados selecionados para atuar como agentes de integridade, que têm o compromisso de disseminar a cultura de integridade, apoiando na divulgação de orientações sobre *compliance*, controles internos, riscos, ouvidoria, apuração de denúncias, proteção de dados e governança, bem como no desdobramento de orientações quanto à observância das leis e normas internas.
- **Guia de Conduta Concorrencial.** Tem por objetivo informar, conscientizar e orientar toda a força de trabalho, permitindo a prevenção e redução de riscos, além de disseminar e incentivar a melhoria contínua da cultura de *compliance* concorrencial na observância da aplicação da legislação de defesa da concorrência.
- **Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo.** O processo de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo é composto por um conjunto de ações organizadas e integradas, cujo objetivo é prevenir que a companhia transacione com terceiros associados à prática de tais condutas. O conjunto de ações consiste em (i) normatizar e orientar; (ii) conhecer as contrapartes; (iii) conhecer os empregados; (iv) gerenciar riscos de fraude, corrupção, lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo; (v) comunicar operações suspeitas; (vi) monitorar; e (vii) reportar.
- **Política de Privacidade e Diretrizes para o Tratamento de Dados Pessoais nos Processos e Atividades da VIBRA.** Tem como objetivo demonstrar a integridade e a transparência do tratamento dos dados pessoais na condução dos negócios da Companhia, estabelecendo limites claros para a finalidade do tratamento dos dados pessoais, de forma que a privacidade seja respeitada, protegida e preservada. Em conformidade com a LGPD, contamos com um canal exclusivo para atendimento aos direitos dos titulares de dados pessoais.
- **Comunicação e Treinamento.** A Companhia realiza ações de comunicação sobre temas afetos à integridade e treinamentos, presenciais e/ou EAD, sobre conduta ética, prevenção à fraude e corrupção, *compliance* concorrencial, gestão de riscos e controles internos e proteção de dados, com o objetivo de garantir a disseminação do conhecimento e o aculturação de toda a força de trabalho. Os treinamentos são destinados a públicos-alvo específicos ou abertos a toda força de trabalho, conforme o tema, sendo oferecidos nas modalidades presencial e virtual.

(ii) a estrutura organizacional envolvida no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade

Desde 2020, a Companhia vem aprimorando a gestão das áreas que suportam a governança corporativa da Companhia. Com base no modelo de três linhas e tendo em vista a efetividade da prevenção, da detecção, da apuração e da correção desvios em geral, criou-se um Sistema de Gestão de Integridade que, sobremaneira, integra dados e ações das áreas de Governança,, Riscos e Compliance (GRC). Esse Sistema de Gestão da Integridade tem representado uma evolução organizacional – que compreende um conjunto de arranjos institucionais, processos de trabalho, regulamentações, instrumentos de gerenciamento e controle – destinada a promover a

5.3 Programa de integridade

integridade da corporação e de sua força de trabalho, sob a responsabilidade e a coordenação de uma área específica.

As atribuições e responsabilidades são exercidas pela Diretoria de Integridade e estão divididas entre uma Gerência de Governança e Secretaria Geral e outra Gerência de Compliance, Controles Internos, Riscos e Ouvidoria, e duas Coordenações, uma de Compliance e Ouvidoria e outra de Riscos e Controles Internos

Com vistas ao fortalecimento do citado modelo de três linhas, internamente, denominado Sistema de Gestão de Integridade, foram feitas revisões no Código de Conduta Ética e na Política de Gestão de Riscos Corporativos da Companhia, bem como reorganização da Comissão de Ética, consolidada como instância de aplicação do Código de Conduta Ética e, por consequência, de administração de conflito de interesses em auxílio direto ao Comitê de Auditoria Estatutário. Empresas éticas, com boas práticas de governança geram valor aos investidores e à sociedade.

(iii) código de ética ou de conduta

Código de Conduta Ética. Abrangendo os membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, da Diretoria Executiva, os líderes, os colaboradores, os estagiários e os prestadores de serviços, nosso Código de Conduta Ética constitui compromisso individual e coletivo de todos e de cada um cumpri-lo e promover seu cumprimento, em toda cadeia produtiva da Companhia e nas relações com seus públicos de interesse. O Código de Conduta Ética prevê formas de mitigar riscos gerais e específicos, ao determinar as condutas a serem observadas sobre os seguintes temas: direitos humanos e diversidade; segurança, saúde, meio ambiente e sustentabilidade; conflito de interesses; combate à fraude, corrupção, lavagem de dinheiro e temas afins; oferta e recebimento de brindes e presentes; defesa da concorrência; manutenção de registros contábeis; proteção das informações e dos dados pessoais; relacionamento com públicos de interesse; dentre outros. Os empregados devem tomar conhecimento formal do referido código por meio de assinatura eletrônica de termo de ciência, cuja adesão é acompanhada periodicamente pela Companhia, sendo também um item de verificação no procedimento de *Background Check* de Integridade e um controle interno de nível de entidade (*entity level*). A Companhia divulga este código a todos os seus públicos de interesse de forma ampla, estando disponível no site www.vibraenergia.com.br, seção “Transparência e Ética”. Em caso de violação do Código de Conduta Ética, e demais normativos internos, os empregados estão sujeitos às medidas disciplinares previstas na Norma de Gestão das Consequências descrita na seção (i) acima.

(b) canal de denúncia

- (i) canal de denúncias interno ou a cargo de terceiros
- (ii) canal aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou somente de empregados
- (iii) mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé
- (iv) órgão responsável pela apuração de denúncias

Desde janeiro de 2020, a Companhia gere seu próprio Canal de Ética, por meio de empresa especializada e independente, garantindo o caráter sigiloso da denúncia e o anonimato do denunciante. A Companhia incentiva seus colaboradores e demais públicos de interesse a relatar irregularidades e transgressões às normas, se comprometendo a não retaliar quaisquer denúncias registradas no canal. As denúncias podem ser realizadas por qualquer pessoa, de forma identificada ou anônima, por meio de formulário eletrônico ou ligação telefônica gratuita, com garantia de anonimato e confidencialidade. Após o recebimento e análise inicial pela empresa

5.3 Programa de integridade

contratada, a denúncia é encaminhada à Diretoria de Integridade, onde é tratada e acompanhada pela Coordenação de Compliance e Ouvidoria até a sua conclusão.

- (c) **número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas**

Não aplicável, tendo em vista que não há casos confirmados de desvios, fraudes ou atos ilícitos praticados contra a administração pública nos últimos 3 (três) exercícios sociais.

- (d) **caso a Companhia não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais a Companhia não adotou controles nesse sentido**

A Companhia possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, conforme informado neste item 5.3.

5.4 Alterações significativas

5.4 - Alterações significativas

Em relação ao último exercício social não houve alterações significativas em relação aos principais riscos da Companhia.

A política de gestão de riscos adotada pela empresa continua sendo atualizada e aprimorada. A Companhia tem expectativa de mitigação da sua exposição em relação aos principais riscos conhecidos, considerando o contínuo exercício e amadurecimento da sua política de gestão de riscos, bem como a identificação e o tratamento efetivo de eventuais novos riscos significativos.

5.5 Outras informações relevantes

5.5 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 5.